



portalbenews.com.br



ESTILO BE Flávia Sammarco: do Direito à luta por mais espaço e voz para as mulheres
▶ **p24**

VITRINE Festa na aviação, comemoração no Senado e inaugurações e visitas no Sul, com Núria Bianco
▶ **p25**



Divulgação



Câmara acelera projeto que impede contingenciamento de agências

▶ **p8**

Qair planeja data center de até 565 MW no Pecém

▶ **p17**

Divulgação



MARGEM EQUATORIAL Ibama libera mais três poços da Petrobras na Foz do Amazonas



Campanha no bloco FZA-M-59 será ampliada após indícios de hidrocarbonetos no primeiro poço e terá nova etapa de avaliação da descoberta

▶ **p15**

PORTOS Porto de Itajaí avança na remoção de navio naufragado no canal
▶ **p9**

MINERAÇÃO BNDES seleciona consórcio para abrir novas frentes no urânio
▶ **p14**

COMÉRCIO EXTERIOR Balança comercial tem superávit de US\$ 7,3 bilhões em agosto
▶ **p18**

EDITORIAL

Minerais críticos: a lei chegou. Agora vem o trabalho difícil

O Senado aprovou nessa quarta-feira, dia 2, a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que segue para sanção presidencial. No mesmo dia, representantes da indústria, da mineração e do Governo se reuniram em Brasília para discutir exatamente o que a lei sozinha não resolve: como transformar reservas geológicas em cadeias industriais que agreguem valor no Brasil, em vez de exportar minério bruto para que outros países capturem o valor do processamento, do refino e da manufatura. A coincidência de datas é ilustrativa. O Brasil aprova a política e, no mesmo momento, reconhece que a política é apenas o começo de um processo infinitamente mais complexo do que a sanção presidencial que virá nos próximos dias.

O número que o diretor-presidente do Ibram, Pablo Cesário, colocou na mesa é o que melhor dimensiona o desafio: 17,2 anos, em média, entre a identificação de uma reserva mineral e o início do faturamento de um projeto no Brasil. Esse prazo não é apenas reflexo da Geologia, é produto de licenciamento ambiental demorado, financiamento difícil para pequenas e médias mineradoras nas fases iniciais de pesquisa, infraestrutura de acesso insuficiente em áreas de fronteira mineral e ausência de demanda doméstica que justifique o investimento em processamento local. A Política Nacional de Minerais Críticos inclui mecanismos financeiros e benefícios fiscais para estimular a transformação mineral, o que é correto. Mas mecanismos fiscais não encurtam o prazo de licenciamento nem criam o mercado consumidor que justificaria a planta de refino que o País ainda não tem.

O argumento central que emergiu do debate é a distinção entre ter o mineral e ter a cadeia. O Brasil tem nióbio. É o maior produtor mundial, com reservas que representam mais de 90% do total global, e exporta a maior parte dele como ferronióbio, insumo de baixo valor agregado usado na produção de aços especiais. O valor do nióbio em baterias de próxima geração, em supercondutores e em ligas para a indústria aeroespacial é um múltiplo do que o Brasil captura hoje. A diferença entre exportar ferronióbio e exportar componentes de bateria é a diferença entre ser fornecedor de matéria-prima e participar da cadeia de valor da transição energética. Essa diferença exige refinarias, laboratórios, engenheiros especializados e, em especial, um mercado doméstico suficiente para tornar economicamente viável a escala industrial que plantas de refino e manufatura exigem.

A Política Nacional de Minerais Críticos precisa ser lida em conjunto com outras agendas que o Governo Federal ainda não integrou de forma suficiente. Uma delas é a de pesquisa e inovação: o prazo de 17 anos para um projeto mineral chegar ao faturamento inclui anos de pesquisa geológica, de caracterização de reservas e de desenvolvimento de processos de beneficiamento que instituições como o CNPQ, a Embrapa Solos e centros universitários de Geologia e Metalurgia poderiam encurtar com mais financiamento e mais conexão com a indústria. Outra agenda é a de infraestrutura logística: minerais críticos descobertos no interior do Pará, do Amazonas ou do Mato Grosso só viram cadeia industrial se houver como transportá-los até o processamento e do processamento até o mercado. São necessárias rodovias, ferrovias e hidrovias, que hoje já são gargalos no Arco Norte e no Centro-Oeste.

A aprovação da lei é o primeiro passo, e um passo necessário. O segundo é a regulamentação dos mecanismos financeiros e fiscais que ela prevê, com critérios claros de elegibilidade e prazos de análise que não reproduzam a demora que caracteriza outros processos de licenciamento e aprovação no Brasil. O terceiro é a seleção dos minerais nos quais o Brasil tem condições reais de desenvolver cadeias competitivas — não todos os 49 minerais que a política lista, mas aqueles em que a combinação de reserva, tecnologia disponível, demanda global e capacidade industrial existente no País cria vantagem comparativa real. Política industrial que tenta tudo ao mesmo tempo frequentemente não entrega nada.

O Brasil tem a geologia. Tem a lei. O que constrói entre agora e 2035 com esses dois ativos determinará se o País entra na era dos minerais críticos como protagonista industrial ou como exportador de matéria-prima que outros transformam em riqueza.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
15 Ibama autoriza Petrobras a perfurar mais três poços na Foz do Amazonas

- EDITORIAL
- 2 Minerais críticos: a lei chegou. Agora vem o trabalho difícil.
- INSIGHT
- 3 “A Bahia corre risco real de continuar em isolamento logístico, e desta vez, de forma definitiva!”, por Cesar Meireles
- HUB
- 4 Lula fará pronunciamento neste domingo citando minerais críticos e Margem Equatorial
- POLÍTICA
- 4 Nunes: “A Justiça não escolhe os vencedores”
- 6 Lula se vê predestinado a tornar Brasil ‘país de classe média alta’
- 7 Tarcísio corta crítica ao PT de propaganda do horário eleitoral
Flávio critica postura de Alcolumbre
- INFRAESTRUTURA
- 8 Câmara acelera projeto que impede contingenciamento de agências reguladoras
- TRANSPORTES | PORTOS
- 9 Porto de Itajaí avança na remoção de navio histórico naufragado no canal
Antaq habilita terminal da Bunge ao tráfego internacional
- 10 Maresia amplia desgaste de equipamentos portuários
- TRANSPORTES | RODOVIAS
- 11 ANTT aprova edital da Rota 2 de Julho; leilão será em dezembro
Com edital aprovado, Rota Agro Central dá mais um passo rumo à concessão
- 12 Governo marca leilão da Rota do Pequi para dezembro
Pedágios terão reajuste em concessões de MG e GO
- MINERAÇÃO
- 13 Brasil busca aproximar mineração e indústria para agregar valor a minerais críticos
- 14 BNDES seleciona consórcio para abrir novas frentes no urânio
- PETRÓLEO E GÁS
- 16 ANP abrirá consulta sobre novas exigências de capital social
- ENERGIA
- 17 Qair planeja data center de até 565 MW no Pecém
- ESG
- 17 Mutirão reúne voluntários para limpar manguezal em Guarujá
- COMÉRCIO EXTERIOR
- 18 Balança comercial tem superávit de US\$ 7,3 bilhões em agosto
- FINANÇAS
- 19 Ibovespa tem leve queda no dia, mas fecha semana em alta de 5,4%
Dólar sobe 0,52% e chega a R\$ 5,13
- JUSTIÇA
- 20 Fachin tira do inquérito das fake news a investigação de Mendonça
- 21 STF é maior do que qualquer um de seus integrantes, afirma Dino
- INTERNACIONAL
- 22 Zelensky propõe cessar-fogo à Rússia durante conversas com EUA
Oriente Médio: Irã apoia ideia chinesa
- OPINIÃO
- 23 “O poder emana do povo ...”, por Adilson Luiz Gonçalves
- ESTILO BE
- 24 Comportamento, arte e tendências, com a jornalista Ivani Cardoso
- VITRINE
- 25 Bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades, com a jornalista Núria Bianco



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor - Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





CARLOS CESAR MEIRELES VIEIRA FILHO

Mestre em Administração, membro do Conselho Nacional do Brasil Export, cofundador e ex-presidente da Associação Brasileira de Operadores Logísticos - Abol (2012 a 2021). É fundador e sócio-diretor da Talentlog - Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. opinioao@portalbenews.com.br

LOGÍSTICA

A Bahia corre risco real de continuar em isolamento logístico, e desta vez, de forma definitiva!

Por que a FICO-FIOL precisa chegar aos portos baianos, e não apenas atravessar a Bahia?

Defendo a tese de que um porto, mesmo de forma equivocada, pode existir sem uma ferrovia, mas uma ferrovia não sobrevive sem um porto!

A Bahia está diante de uma oportunidade histórica de reorganizar sua matriz logística. O corredor formado pela **Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste) – Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste)**, conectando o Centro-Oeste brasileiro ao litoral baiano, poderá transformar profundamente o escoamento de grãos, fertilizantes, minerais e outras cargas, devolvendo à Bahia o que lhe foi suprimido de forma injustificável nas três últimas décadas, que foi a infraestrutura logística condizente com a sua importância para o Nordeste e para o Brasil.

Existe, todavia, um risco estratégico real que precisa ser enfrentado pelo governo e pelos empresários baianos: **construir uma grande ferrovia de integração nacional sem assegurar sua efetiva conexão com a malha ferroviária baiana e com os portos do Estado.**

Durante décadas, a Bahia sofreu com a perda de funcionalidade de sua infraestrutura ferroviária. A **FCA (Ferrovia Centro-Atlântica)**, hoje **VLI**, particularmente no eixo **Corinto (MG) – Campo Formoso (BA), com conexão ao Porto de Aratu (BA)**, deixou de desempenhar o papel estruturante que poderia exercer na integração entre Minas Gerais, Bahia e o litoral baiano.

O problema ganha nova dimensão diante da transformação do corredor **Fico-Fiol**, sem haver garantida a conexão aos portos baianos. A **Fiol - EF-334**, está sendo estruturada para alcançar **Mara Rosa (GO)**, onde se conecta à **FNS (Ferrovia Norte-Sul) – EF-151**, e à **Fico – EF-354**. A **Fico**, por sua vez, avançará em direção a **Água Boa (MT)** e, posteriormente, a **Lucas do Rio Verde (MT)**, onde conectar-se-ia, futuramente, à **Ferrogrão - EF-170**. O resultado potencial é extraordinário: uma ligação ferroviária entre as grandes regiões produtoras do Centro-Oeste brasileiro, o Oeste da Bahia e o litoral baiano.

Essa conexão pode integrar a produção agrícola de **Barreiras e Luís Eduardo Magalhães**, o **Matopiba** e as áreas produtoras de Goiás e Mato Grosso a diferentes mercados e portos. Estudos confirmam a predominância de grãos vegetais como a soja, milho e farelo de soja, além de fertilizantes e outras cargas de retorno.

Apenas para que se tenha uma ideia da extensão do corredor **Fico-Fiol**, soma 3.061 km, cerca de 10% da malha total ferroviária em operação no Brasil, com 13 concessões. Os investimentos estimados estão em torno de R\$28,5 bilhões, segundo a **ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)**.

Mas há uma pergunta fundamental que não pode ser calada: para **onde se direcionará essa carga? Quem, em verdade, beneficiar-se-á desse corredor?**

Se a resposta não contemplar uma conexão ferroviária eficiente com o **Porto de Aratu**, em Candeias, **Cotegipe**, e o **Porto Sul**, em Ilhéus, a Bahia poderá - paradoxalmente - perder uma das mais importantes ferrovias de integração do país e, ainda assim, assistirá a passagem de suas cargas para outros corredores e portos, ficando, uma vez mais, e desta vez de forma definitiva, à margem dos mais expressivos corredores logísticos, isolando-se do resto do país!

A própria proposta de renovação da **FCA** reconhece a importância estratégica do **novo acesso ferroviário ao Porto de Aratu**. A documentação da **ANTT** registra esse acesso entre os investimentos de política pública associados à renovação da concessão. Em julho de 2026, a **ANTT** aprovou a versão final da proposta de prorrogação antecipada da **FCA**, prevendo investimentos aproximados de R\$ 24 bilhões, embora ainda existam indefinições sobre a configuração futura da malha.

Aí reside justamente o inquestionável risco para a Bahia.

A **Fiol 1** e o **Porto Sul** também enfrentam um grande imbróglcio. A Bamin (Bahia Mineração), do grupo cazaque Eurasian Resources Group (ERG), empresa vencedora da subconcessão da **Fiol 1**, e **Porto Sul**, interrompeu as obras em março de 2025, e o **TCU (Tribunal de Contas da União)** registrou que, até abril de 2026, ainda não havia sido formalizada a transferência da concessão para um novo grupo, ora previsto para ser o Mota-Engil, grupo português que tem como acionista a chinesa **CCCC (China Communications Construction Company)**. O próprio TCU apontou que a paralisação coloca em questão a continuidade do empreendimento.

O **Porto Sul** é igualmente indispensável para a lógica econômica do corredor **Fico-Fiol**. A **Fiol 1** foi concebida justamente para conectar a região mineral baiana de Caetité ao complexo portuário de Ilhéus, permitindo também o transporte de cargas agrícolas do Oeste baiano.

Sou defensor da tese de que logística integrada é pleonasmo vicioso, portanto, **Fico, Fiol, FCA (VLI), Porto de Aratu e Porto Sul não podem ser tratados como projetos isolados**. Eles formam, potencialmente, uma única infraestrutura logística.

O risco é que o Brasil conclua a **Fico 1**, avance na **Fiol 2**, estruture a **Fiol 3** e estabeleça a conexão com a **FNS** em Mara Rosa (GO), criando um corredor de milhares de toneladas de carga originadas em território baiano, sendo, contudo, escoadas por outros complexos portuários, como os da região Sudeste e/ou Arco Norte.

Nesse cenário, a Bahia consagrar-se-ia como um mero **corredor de passagem**, e não protagonista logístico.

A consequência seria drástica para a Bahia! A produção do Oeste baiano e do Centro-Oeste encontraria as rotas ferroviárias já consolidadas para outros portos, enquanto o **Porto de Aratu** e o **Porto Sul**, padeceriam com a sua subutilização.

O **Governo da Bahia** precisa defender essa estratégia integrada como condição sine qua non para o desenvolvimento econômico da Bahia. Somente a operação integrada da **Fiol 1, Fiol 2, Fiol 3, Fico 1, Fico 2, com a conexão operacional da FCA com acesso ferroviário ao Porto de Aratu e conclusão do Porto Sul**, o corredor poderá cumprir sua finalidade maior: conectar o **Centro-Oeste brasileiro, o Oeste baiano e o Matopiba, aos portos baianos**, transformando a Bahia de uma extremidade ferroviária historicamente isolada em um verdadeiro **hub logístico nacional e internacional**.

O momento exige visão de Estado. Não basta construir a ponte ferroviária entre o Centro-Oeste e a Bahia; é necessário garantir que ela chegue aos portos baianos.

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

7 de Setembro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva preparou um pronunciamento oficial de 3 minutos e 43 segundos para ir ao ar na noite deste domingo (dia 6), na véspera das comemorações do 7 de Setembro. O discurso é centrado no conceito de soberania nacional, independência econômica e livre comércio, contendo recados diretos ao cenário geopolítico internacional — em especial aos Estados Unidos, que impuseram duas sobretaxas tarifárias às exportações brasileiras no mês de julho (uma de 25% e outra de 12,5%).

Tutela, não

Sem citar nominalmente o presidente norte-americano Donald Trump ou o governo dos EUA, Lula afirmará categoricamente que “nenhum país pode tutelar o Brasil” sobre suas parcerias comerciais, reforçando que as decisões de compra e venda pertencem exclusivamente aos brasileiros.

Minerais críticos e Margem Equatorial

O discurso do chefe do Executivo também destacará a aprovação do PL 2.780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, pelo Senado Federal na quarta-feira, dia 2. O presidente colocará o novo marco legal como o pilar da riqueza e do desenvolvimento futuro do País, permitindo ao Brasil agregar valor e processar reservas de terras raras, lítio, cobre e níquel em solo nacional. O presidente ainda fará uma defesa explícita dos estudos e da futura exploração de petróleo na Margem Equatorial. Segundo ele, os frutos da nova fronteira impulsionarão a tecnologia nacional e gerarão empregos qualificados, financiando a transição energética e ambiental na qual o país já é líder global.

Investimentos em mineração

A fala do presidente Lula em 7 de Setembro acaba refletindo diretamente os grandes movimentos regulatórios e os investimentos produtivos consolidados no País neste segundo semestre. O destaque dado por Lula ao projeto aprovado no Senado — e celebrado pelo mercado — cria o ambiente perfeito para a regulamentação dos R\$ 2 bilhões do Fundo Garantidor (FGAM) e dos R\$ 5 bilhões para beneficiamento pelo Ministério de Minas e Energia, sob o comando de Alexandre Silveira. A medida dá respaldo jurídico aos investimentos em Minas Gerais, no Pará e à megaoperação da USA Rare Earth na Serra Verde (GO).

Demandas logísticas

A defesa da exploração na Margem Equatorial, outro ponto de destaque no discurso presidencial, reforça a pressão e a urgência para a infraestrutura do Norte e Nordeste. O escoamento de insumos e o apoio marítimo vão exigir a modernização de portos e hidrovias sob as diretrizes do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 do ministro George Santoro, tornando ainda mais crítica a superação de impasses ambientais, como o veto à dragagem no rio Tapajós (PA) e o travamento de licenças ambientais pelo Ibama no setor portuário.

Nunes: “A Justiça não escolhe os vencedores”

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral rechaça preferências e avisa que missão é cumprir a Constituição

Luiz Roberto/TSE



Nesta sexta-feira, foi concluída a lacração dos sistemas eleitorais que serão utilizados nas eleições de 2026

Estadão Conteúdo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, afirmou nesta sexta-feira, 4, que a Justiça Eleitoral não escolhe vencedores e não possui preferência por candidaturas. A declaração ocorreu durante a cerimônia que marcou a conclusão da lacração dos sistemas eleitorais que serão utilizados nas eleições de 2026.

Durante o discurso, Nunes destacou que a missão da Justiça Eleitoral é cumprir a Constituição. “A Justiça não escolhe vencedores, não interfere na escolha popular e não possui preferência por candidaturas. Nossa paixão é a democracia. Nossa missão é cumprir a Constituição”, afirmou.

No evento, Nunes Marques também ressaltou que a lacração dos sistemas assegura que a tecnologia empregada nas eleições

permaneça transparente, segura e auditável ao longo de todo o processo eleitoral. “A segurança do processo eleitoral não decorre de um único mecanismo, mas da combinação de diferentes camadas de proteção, de controles independentes e de procedimentos rigorosos, e sobretudo da ampla possibilidade de fiscalização”, afirmou.

O ministro acrescentou que o TSE estará de portas abertas para o acompanhamento de todas as etapas do processo de votação eletrônica. Segundo ele, a credibilidade das eleições é construída a partir de “compromissos coletivos”.

A fala de Nunes ocorre em um momento de tensão no Supremo Tribunal Federal (STF), após o ministro André Mendonça determinar o levantamento do sigilo de um relatório da Polícia Federal que reúne mensagens trocadas entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vercara, do Banco Master.

Após a decisão, Moraes recorreu ao inquérito das fake news para apontar possíveis crimes atribuídos

a Mendonça e solicitou ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, a abertura de um procedimento contra o colega.

Infraestrutura tecnológica

A assinatura digital e lacração dos sistemas que serão utilizados nas eleições de 2026 marca uma das últimas fases de preparação da infraestrutura tecnológica responsável pela votação, apuração e transmissão dos resultados.

A cerimônia contou com a participação de autoridades e representantes de entidades fiscalizadoras. Após a assinatura digital, os sistemas foram lacrados nos formatos digital e físico e encaminhados para armazenamento na sala-cofre do tribunal.

“Hoje, a partir da oposição das assinaturas digitais, não é mais possível efetuar alterações no sistema e passa a ser uma nova etapa na qual os mecanismos de segurança asseguram a autenticidade e a integridade das versões ora lacradas”, afirmou o presidente do TSE.

SUL EXPORT 2026

17 e 18 setembro

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

TEMAS EM DEBATE:



Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul



Multimodalidade e conectividade no setor de transportes



Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil



Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



FOZ DO IGUAÇU - PR
BOURBON THERMAS
ECO RESORT

www.forumbrasilexport.com.br

**SUL
EXPORT**
FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Lula se vê predestinado a tornar Brasil ‘país de classe média alta’

Presidente diz que tem ambições de melhorar a vida do brasileiro e mira o bem-estar social dos europeus. “Por que a gente não pode alcançar isso?”, questiona

Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira, 4, que deseja transformar o Brasil em um país de classe média alta. Lula disse ainda ambicionar o estado de bem-estar social alcançado pelos europeus no último século. A declaração foi feita durante entrevista para a Rádio Progresso, de Juazeiro do Norte (CE).

“Eu estou predestinado a transformar esse País em um país de classe média alta. Sabe aquilo que você fala dos europeus, de que eles atingiram o estado de bem-estar social? Por que a gente não pode alcançar? Por que nosso povo é pior do que eles?”, declarou o presidente.

Lula também declarou que nunca outro presidente conseguiu fazer mais do que ele em quatro anos de governo. Para reforçar a narrativa de campanha, o presidente listou números da economia e de programas criados neste terceiro mandato, como o Pé-de-Meia.

O presidente esteve na região do Cariri para cumprir um ato institucional e outro de campanha. Ele visitou as obras do Cinturão das Águas do Ceará, que faz parte da Transposição do Rio São Francisco. Em seguida, fez uma caminhada para tentar impulsionar a campanha do aliado, o governador e candidato à reeleição ao governo cearense, Elmano de Freitas (PT), em Juazeiro do Norte.

Respeito

Durante a entrevista, Lula disse ainda que o Brasil atingiu o melhor patamar de sua reputação internacional, em diversas áreas, e destacou o avanço na política ambiental.

“Não tem nenhum momento da história do Brasil que o Brasil estivesse tão respeitado como está hoje. Respeitado na política, geopolítica, economia, política de inclusão social e muito respeitado na questão climática. Porque todo mundo

sabe os efeitos da nossa política de diminuir, em pouco tempo, 50% do desmatamento na Amazônia e em todos os biomas brasileiros”, disse o petista.

Segundo Lula, o sucesso de sua política ambiental se deve a uma boa relação do governo federal com os municípios. “Nós passamos a trabalhar de forma combinada com o prefeito. O prefeito não é o inimigo que eu fico lá de Brasília xingando ele. O prefeito é um parceiro.”

Fim da 6x1

Lula também se manifestou nesta sexta-feira pelas redes sociais. Em publicação no X, ele celebrou o fato de o governo ter conseguido aprovar no Congresso três dos cinco projetos prioritários para esta semana.

Disse que a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 representa “o próximo passo” e que é preciso “vencer a batalha contra aqueles que se opõem a um dia a mais de descanso para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros”.

Lula citou a aprovação da medida provisória que acabou com a taxa das blusinhas, da política de minerais críticos e do Redata (regime de desonerações para data centers) como vitórias do governo nesta semana.

Em especial sobre a MP do fim da taxa das blusinhas, disse que foi “uma das vitórias importantes desta semana”.

“Agora, o próximo passo é a aprovação efetiva do fim da Escala 6x1 e da PEC da Segurança Pública. Seguimos mobilizados, em especial em torno do fim da Escala 6x1, que ainda precisa vencer a batalha contra aqueles que se opõem a um dia a mais de descanso para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros”, declarou Lula.



Ricardo Stuckert

Lula visitou as obras do Cinturão das Águas do Ceará, que faz parte da Transposição do Rio São Francisco

Presidente sanciona lei que cria Profert

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com um veto, a lei que cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert). O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). O programa busca fomento à produção interna de fertilizantes e suas matérias primas - de

origem sintética, mineral e orgânica -, além de remineralizadores, bioinsumos e biofertilizantes.

Entre os objetivos citados pela lei estão “reduzir a dependência externa do Brasil em relação a fertilizantes e suas matérias-primas; garantir a segurança alimentar e nutricional; diminuir os custos da cadeia

de valor agropecuária; e garantir suprimento estável de fertilizantes e suas matérias-primas para a atividade agropecuária”.

Entre as medidas previstas está o aumento da mistura de fertilizantes nacionais, sintéticos e minerais, aos fertilizantes comercializados, distribuídos e vendidos no terri-

tório nacional. A partir de julho de 2027, o porcentual mínimo obrigatório da mistura será de 2%, chegando a 10% a partir de janeiro de 2037.

Lula vetou o trecho que dizia que “para efeitos desta lei e de seu regulamento, consideram-se fertilizantes aqueles extraídos e produzidos no território nacio-

nal”. De acordo com o Planalto, o trecho restringia o conceito de fertilizantes apenas àqueles extraídos e produzidos no território nacional, o que conflitava com o referido artigo, que trata da “mistura de fertilizantes nacionais aos produtos comercializados, distribuídos e vendidos no território nacional”.

Tarcísio corta crítica ao PT de propaganda do horário eleitoral

Em uma de suas aparições na gravação, o governador dizia que São Paulo é uma potência porque nunca foi governado pelo PT. Esse trecho foi cortado por decisão dele mesmo

Mônica Andrade / Governo de SP

Estadão Conteúdo

A campanha de Tarcísio de Freitas (Republicanos) excluiu de uma das propagandas veiculadas no horário eleitoral gratuito uma fala em que o governador de São Paulo e candidato à reeleição criticava o PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No trecho cortado, Tarcísio dizia que São Paulo só é a potência que é “porque o PT nunca foi governo aqui”. Na sequência, emendava: “E a gente não vai deixar isso acontecer”.

Procurada, a campanha de Tarcísio disse que o “Estadão teve acesso a um material não finalizado e que estava em processo de construção”. “A coordenação estratégica da campanha não comenta as definições e caminhos escolhidos para conduzir os trabalhos”, diz a nota.

O Estadão teve acesso à versão da peça que incluía a declaração do governador contra o partido de Lula. A propaganda na qual a fala estava originalmente inserida foi ao ar na última segunda-feira, 31, mantendo todo o resto do conteúdo.

A menção ao PT aparecia nos 20 segundos finais da fala do governador, depois de ele falar sobre os avanços de sua gestão no Estado e a importância da primeira-dama, Cristiane Freitas, em sua trajetória. Segundo apurou a reportagem, a decisão de tirar a crítica ao PT foi do próprio governador, que dá a palavra final sobre o conteúdo que vai ao ar no horário eleitoral gratuito.

Divisão interna

A forma como a campanha deve lidar com Lula e o PT tem dividido aliados do governador.

O marqueteiro Pablo Nobel defende que Tarcísio se posicione como antipetista, enquanto outros aliados do governador avaliam



Há uma tese na campanha de Tarcísio de Freitas de que ele não deve apostar no antipetismo como estratégia central

que a campanha à reeleição deve ser mais abrangente, de modo a dialogar também com eleitores que potencialmente votam em Lula. Para esse grupo, críticas ao PT podem ocorrer, mas não sem contexto.

A avaliação de que Tarcísio não deve apostar no antipetismo como estratégia central de sua campanha está ancorada em pesquisas de intenção de voto, segundo as quais há um voto ca-

sado entre o governador e o atual presidente - o que especialistas apelidaram de voto “Tarula”.

Na última pesquisa Quaest, divulgada no mês passado, 11% dos eleitores lulistas declararam voto em Tarcísio. Outros 11% que se identificam como “esquerda não lulista” também optam pelo governador em um primeiro turno no qual o ex-ministro Fernando Haddad (PT) aparece como o seu principal adversário.

Haddad, por sua vez, atrai um porcentual numericamente menor de eleitores que se identificam como “direita não bolsonarista” (4%) e como bolsonaristas (2%).

Integrantes da campanha de Lula avaliam que o voto “Tarula” pode crescer a depender do nível de engajamento do governador na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Flávio critica postura de Alcolumbre

Candidato à presidência disse que o presidente do Senado protege Alexandre de Moraes

Estadão Conteúdo

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, afirmou nesta sexta-feira, 4, que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), erra ao segurar os pedidos de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes por querer “proteger um amigo”, e não a Corte como instituição.

“Ele se equivocou. Querria proteger um amigo, em vez de proteger a instituição. Está perdendo uma grande oportunidade de resgatar a credibilidade não só do Senado, mas também de devolver o Supremo ao povo”, declarou a jornalistas, durante visita a São Carlos, no interior de São Paulo.

Flávio disse que Alcolumbre estaria mais preocupado com a própria “autoproteção” do que com a defesa das instituições.

“Alcolumbre está muito preocupado, assim como o Alexandre de Moraes, com a sua autoproteção. Lamento que ele tenha feito uma reunião longa com Moraes, pouco antes do plenário, em que parece que foi combinado alguma coisa com o Flávio Dino para tomar algumas ações ilegais contra mim”, falou, citando o também ministro Flávio Dino, a quem também critica com frequência.

O senador afirmou que fará uma “defesa intransigente” do STF e voltou a defender a abertura do processo de impeachment contra Moraes.

“Se a democracia chegou tão esculhambada a esse ponto, é por que o Senado não teve oportunidade de apreciar um dos 54 impeachments que existem na Mesa, especificamente sobre o Alexandre de Moraes”, disse.

Nesta semana, Alcolumbre usou as sessões do Senado para criticar as pressões que tem recebido para autorizar a abertura de um processo de impeachment contra o magistrado.

“Há muitas agressões que, como presidente do Senado, estou recebendo nos últimos dias. Apenas um comentário, num momento adequado, vou falar. Todo mundo esqueceu que pediram R\$ 130 milhões para a mesma pessoa, o ex-banqueiro Daniel Vorcaro para fazer um filme. E agora o culpado sou eu, o ministro Alexandre de Moraes”, disse Alcolumbre, durante sessão do Senado na quarta-feira, 2.

INFRAESTRUTURA

Câmara acelera projeto que impede contingenciamento de agências reguladoras

Proposta alcança 12 órgãos federais, entre eles ANTT, Antaq, Anac, Aneel, ANP e ANM, e poderá seguir diretamente para votação no Plenário

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (1º), o requerimento de urgência para a análise do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 73/2025, que pretende impedir o contingenciamento das despesas das agências reguladoras federais. A proposta altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para retirar os gastos desses órgãos das regras de limitação de empenho e movimentação financeira.

A aprovação da urgência não altera as regras atualmente em vigor nem representa a aprovação do projeto. A decisão per-

mite que a matéria avance diretamente para análise do Plenário, sem a necessidade de cumprir todas as etapas de tramitação nas comissões da Câmara.

Ao todo, 12 agências reguladoras federais são abrangidas pela proposta. No setor de transportes, estão a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), responsáveis pela regulação e fiscalização de rodovias, ferrovias, portos, transporte aquaviário e aviação civil.

O projeto também alcança órgãos diretamente relacionados a outros segmentos da infraestrutura e da economia regulada. Estão nessa relação a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional

de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Completam a lista a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Agência Nacional do Cinema (Ancine) e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A proposta inclui as despesas dessas 12 agências entre aquelas que não poderão ser submetidas a contingenciamento previsto na LRF.

Recursos

Na área de infraestrutura, a disponibilidade orçamentária interfere diretamente em atividades como fiscalização, elaboração de estudos técnicos, acompanhamento de contratos, processos regulatórios, manutenção de sistemas e deslocamento de equipes.

ANTT, Antaq e Anac, por exemplo, acompanham contratos de concessão, autorizações e operações que envolvem investimentos bilionários e a prestação de serviços de transporte. Aneel e ANP exercem funções semelhantes nos setores elétrico e de petróleo e gás, enquanto a ANM atua na regulação e fiscalização da atividade mineral.

O argumento que sustenta o PLP 73/2025 é que limitações orçamentárias impostas às agências podem reduzir sua capacidade operacional e comprometer atividades de fiscalização, regulamentação e acompanhamento dos setores sob sua responsabilidade.

A proposta foi apresentada pelo senador Lacerdo Oliveira (PP-SE) e já foi aprovada pelo Senado. Na Câmara, a relatoria está a cargo do deputado Átila Lira (PP-PI). O texto altera

o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal para ressaltar as despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

Com o regime de urgência, o projeto poderá ser incluído diretamente na ordem do dia do Plenário. Antes da votação, o relator deverá apresentar parecer recomendando a aprovação, rejeição ou eventuais mudanças no texto.

Caso a Câmara aprove a proposta na mesma forma enviada pelo Senado, o projeto seguirá para sanção presidencial. Se houver alterações, a matéria precisará retornar aos senadores para nova análise. Até a conclusão da tramitação, continuam valendo as regras atuais para execução do orçamento das agências.

Autonomia

A ampliação da autonomia financeira das agências reguladoras integra a Agenda Institucional Transporte e Logística 2026 da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

A entidade avalia que a disponibilidade de recursos é necessária para preservar a capacidade técnica dos órgãos reguladores, garantir o acompanhamento adequado dos contratos e aumentar a previsibilidade para os investimentos em infraestrutura.

Na avaliação da CNT, reduzir a exposição das agências a bloqueios orçamentários também contribui para dar maior estabilidade ao ambiente regulatório e às concessões dos setores de transportes.

Divulgação



A decisão permite que a matéria avance diretamente para análise do Plenário, sem a necessidade de cumprir todas as etapas de tramitação nas comissões da Câmara

TRANSPORTES | Portos



Porto de Itajaí avança na remoção de navio histórico naufragado no canal

Em parceria com a Univali, estudos vão definir a melhor operação para retirar o navio Pallas da Bacia de Evolução do complexo portuário

Divulgação

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

A Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) e a Univali (Universidade do Vale do Itajaí) realizaram nesta semana mergulhos técnicos nos destroços do navio Pallas, naufragado há mais de 130 anos no Rio Itajaí-Açu, no complexo portuário Itajaí-Navegantes. Os trabalhos integram a etapa final dos estudos que vão definir a metodologia para a remoção da embarcação.

Os mergulhos ocorreram nesta quinta (3) e sexta-feira (4), nas proximidades da Bacia de Evolução nº 2 e do molhe Norte, no lado de Navegantes. Apesar da visibilidade subaquática praticamente nula e da forte correnteza no canal, mergulhadores especializados inspecionaram os destroços e coletaram informações para complementar os levantamentos já realizados.

“Estamos trabalhando para avançar nas obras e melhorias de que o nosso

canal de acesso precisa. A retirada do Pallas é uma ação estratégica, porque eliminará um obstáculo histórico e permitirá avançar no aprofundamento do canal e na ampliação da bacia de evolução. Nosso compromisso é proporcionar cada vez mais segurança às operações portuárias, ampliar a capacidade para receber navios de maior porte e garantir mais competitividade ao Complexo Portuário de Itajaí”, afirmou Artur Antunes Pereira, superintendente do Porto de Itajaí.

Além da inspeção, a equipe de mergulhadores coletou amostras do aço da embarcação por meio de cortes experimentais. Segundo o porto, os procedimentos permitirão avaliar as características da estrutura metálica do navio e, assim, dimensionar a operação de remoção.

“Essas informações são importantes para definirmos como esse material poderá ser cortado, movimentado e retirado com segurança. Estamos falando de um desafio de nível internacional, pelas condições adversas do local e pela complexidade de uma



A remoção do Pallas, além dos demais serviços de dragagem, está incluída entre as obrigações previstas na concessão do canal de acesso aquaviário do complexo portuário

operação que poucas empresas especializadas no mundo têm capacidade de executar”, destacou o professor Jules Souto, diretor do Museu Oceanográfico da Univali e responsável pelo acompanhamento dos estudos.

Segundo o porto e a instituição de ensino, a previsão é de que o estudo seja concluído nos próximos dias. O convênio entre Univali e Porto de Itajaí tem investimento de R\$ 310 mil, que inclui inspeções subaquáticas, mergulhos técnicos, sondagens, análises estruturais e outros levantamentos necessários.

Aprofundamento do canal

Os destroços do Pallas limitam o aprofundamento do canal para 16 metros no trecho em que estão inseridos. Além do aumento de calado para navios, a retirada da embarcação permitirá a adequação da Bacia de Evolução, cujo projeto prevê 530 metros de diâmetro.

A ampliação deverá melhorar as condições de manobra e contribuir para a operação de navios porta-contêineres de maior porte.

A remoção do Pallas,

além dos demais serviços de dragagem, está incluída entre as obrigações previstas na concessão do canal de acesso aquaviário do complexo portuário, projeto liderado pelo Governo Federal.

História

Construído na Inglaterra em 1891, o Pallas transportava cargas e passageiros entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, com escalas em Itajaí.

O navio naufragou em 23 de outubro de 1893, durante a Revolta da Armada, na região do Pontal da Barra de Itajaí, atualmente pertencente a Navegantes. Segundo registros históricos, a embarcação atingiu pedras submersas nas proximidades do atual molhe Norte.

Os destroços foram novamente identificados em 2017, durante trabalhos de dragagem para a implantação da nova bacia de evolução. Levantamentos posteriores indicaram que a embarcação pode estar partida ao meio, com estruturas metálicas e fragmentos de madeira espalhados pelo leito do rio.

Antaq habilita terminal da Bunge ao tráfego internacional

TUP de São Francisco do Sul poderá operar no comércio marítimo exterior e terá capacidade inicial para movimentar 6 milhões de toneladas de grãos por ano

Da Redação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) habilitou ao tráfego internacional o Bunge Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, em Santa

Catarina. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (3) e permite que o Terminal de Uso Privado (TUP), de titularidade da Bunge Alimentos, realize operações relacionadas ao comércio marítimo internacional.

A habilitação ocorreu após a emissão do Termo de Liberação de Operação

(TLO) nº 11/2026/SOG e a comprovação de que a empresa protocolou o Plano de Segurança Portuária junto à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis de Santa Catarina (Cesportos-SC).

O TLO havia autorizado a operação do terminal após a conclusão das obras e a ve-

rificação das instalações pela Antaq. A estrutura terá capacidade inicial para movimentar 6 milhões de toneladas de grãos por ano e armazenagem para 135 mil toneladas.

O terminal conta ainda com berço de atracação de 174 metros e sistema de correias transportadoras de 980 metros, com capacidade de movimentação de até

2 mil toneladas por hora.

A habilitação ao tráfego internacional não dispensa a Bunge do cumprimento das demais exigências legais e regulatórias para o funcionamento do terminal e para as operações de comércio exterior.

O cronograma para o início dos embarques ainda não foi informado.

TRANSPORTES | Portos

Maresia amplia desgaste de equipamentos portuários

Umidade, salinidade e cloretos aceleram processos de corrosão e podem elevar custos, provocar falhas e reduzir a vida útil dos ativos

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A combinação entre alta umidade, salinidade e exposição constante ao ambiente marinho torna os portos um dos ambientes mais agressivos para equipamentos e estruturas metálicas. Quando não identificada e controlada de forma preventiva, a corrosão pode comprometer a segurança, reduzir a eficiência operacional e elevar os custos de manutenção.

De acordo com estimativas da NACE International, atual Association for Materials Protection and Performance (AMPP), a corrosão gera perdas equivalentes a cerca de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. A entidade aponta ainda que boas práticas de prevenção e gestão podem reduzir entre 15% e 35% desses custos.

Segundo Ricardo Fernandes, especialista na preservação e recuperação de ativos industriais e representante da RCF Serviços Industriais, praticamente todos os equipamentos metálicos instalados em ambientes portuários sofrem algum nível de agressão provocado pela maresia, sobretudo aqueles submetidos à umidade constante, deposição de sais e contato com a água do mar.

“Entre os ativos mais afetados estão estruturas metálicas de píeres e terminais, guindastes, correias transportadoras, bombas, tubulações, válvulas, tanques e componentes localizados nas chamadas zonas de respingo. A presença de cloretos acelera os processos eletroquímicos



Pontos de oxidação, bolhas na pintura, alteração de cor dos revestimentos, perda localizada de material e vazamentos recorrentes estão entre os indícios mais comuns de corrosão

cos da corrosão, provocando perda de espessura, deterioração de soldas, corrosão sob revestimento e redução da capacidade estrutural”, explica.

Em estruturas de concreto armado, os cloretos também podem penetrar no material, atingir as armaduras de aço e provocar corrosão interna, com formação de fissuras e desprendimento do concreto.

“A corrosão raramente representa apenas um problema estético. Ela compromete resistência mecânica, vedação e confiabilidade operacional”, afirma.

Sinais discretos

Os primeiros sinais da corrosão nem sempre são evidentes. Pontos de oxidação, bolhas na pintura, alteração de cor dos revestimentos, perda localizada de material e vazamentos recorrentes estão entre os indícios mais comuns.

Ricardo destaca que

QUANDO NÃO IDENTIFICADA E CONTROLADA DE FORMA PREVENTIVA, A CORROSÃO PODE COMPROMETER A SEGURANÇA, REDUZIR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL E ELEVAR OS CUSTOS DE MANUTENÇÃO

também existem sinais indiretos. “Aumento de vibração, desalinhamento de equipamentos, perda de eficiência, necessidade frequente de reapertos ou falhas repetitivas em sistemas de vedação também podem indicar que a corrosão já está afetando o desempenho do ativo.”

Um dos principais desafios, segundo ele, é a dependência excessiva de ins-

peções visuais. A corrosão pode avançar sob a pintura, sob isolamento térmico ou em regiões de difícil acesso e só se tornar perceptível quando a perda de espessura já é significativa.

Tecnologias

A necessidade de manter terminais em operação faz com que soluções capazes de reduzir o tempo de intervenção ganhem importância. Entre as alternativas estão revestimentos poliméricos de alta resistência química, materiais compósitos para recuperação de tubulações e estruturas, sistemas de proteção de flanges e dispositivos para contenção de vazamentos.

“Em muitos casos, é possível recompor superfícies degradadas e criar uma barreira eficiente contra umidade e cloretos. Reparos com materiais compósitos podem ser dimensionados

conforme critérios de engenharia e normas técnicas, preservando o equipamento existente e reduzindo o impacto sobre a operação”, explica Ricardo.

Ele ressalta, porém, que a solução precisa considerar o mecanismo de falha, a criticidade do equipamento e a vida útil esperada. “Um reparo inadequadamente especificado pode apenas mascarar o problema e postergar uma falha mais grave.”

Em terminais portuários, a agressividade do ambiente ainda pode ser ampliada pela presença de poeiras de minério, fertilizantes, enxofre e outros produtos industriais. Fatores como temperatura da superfície, ponto de orvalho e contaminação por sais também precisam ser controlados durante a aplicação de revestimentos.

Integridade

Para o especialista, um dos erros mais comuns é tratar a corrosão apenas quando surgem vazamentos ou perdas estruturais evidentes. Essa postura pode transformar intervenções simples em reparos emergenciais mais caros e complexos.

“O maior custo normalmente não está no material utilizado para o reparo, mas na parada não programada, na indisponibilidade do equipamento, na perda de produção e na mobilização emergencial. A corrosão deve ser encarada como um mecanismo permanente de degradação, e não como um evento isolado”, destaca.

Práticas como mapeamento dos ativos críticos, inspeções periódicas, monitoramento de espessura, identificação dos mecanismos de dano e registro do histórico de manutenção ajudam a aumentar a confiabilidade das operações.

TRANSPORTES | Rodovias

ANTT aprova edital da Rota 2 de Julho; leilão será em dezembro

Concessão de 653,3 quilômetros das BR-116 e BR-324 terá contrato de 30 anos e leilão está marcado para 18 de dezembro, na B3, em São Paulo

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou nesta quinta-feira (3) o edital da Rota 2 de Julho, concessão que prevê a transferência de 653,3 quilômetros das BR-116 e BR-324, na Bahia, para a iniciativa privada. O contrato terá duração de 30 anos e a modelagem econômico-financeira estima R\$ 14,33 bilhões em investimentos no período, sendo R\$ 10,52 bilhões concentrados nos oito primeiros anos. O leilão está previsto para 18 de dezembro, às 10h, na B3, em São Paulo.

O projeto abrange o trecho da BR-324 entre Feira de Santana e Salvador e da BR-116 entre Feira de Santana e a divisa entre Bahia e Minas Gerais. Entre as intervenções previstas estão 306,6 quilômetros de duplicação, 1,17 quilômetro de adequação de duplicação e a implantação de faixas adicionais em diferentes trechos.

Ao todo, estão previstos 63,7 quilômetros de faixas adicionais em pista simples e 192 quilômetros em pista dupla. O projeto inclui ainda 35,9 quilômetros de vias marginais, 42 passarelas, 239 acessos e 328 pontos de ônibus.

A nova concessão também prevê a utilização do sistema de cobrança de pedágio por Free Flow, sem praças físicas. A tecnologia já foi incluída à modelagem da Rota 2 de Julho durante a estruturação do projeto.

Serão instalados 12 pórticos de cobrança no primeiro ano da concessão, sendo dois na BR-324 e dez na BR-116. A previsão é que a cobrança comece no sexto mês após a assunção da rodovia.

O pagamento poderá ser feito de forma automática, por meio da identificação eletrônica do veículo, ou de forma avulsa. O modelo também estabelece regras para o compartilhamento do risco de evasão ou não pagamento, além de mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação e da prestação dos serviços.



Divulgação

O projeto cujo edital foi aprovado abrange o trecho da BR-324 entre Feira de Santana e Salvador e da BR-116 entre Feira de Santana e a divisa entre Bahia e Minas Gerais

Tarifas

A modelagem estabelece uma tarifa básica de R\$ 0,08396 por quilômetro no primeiro ano de concessão. Nos três anos seguintes, estão previstos três degraus tarifários progressivos de 13%, 13% e 14,244%.

Tarifas

Com os aumentos, a tarifa chega a R\$ 0,12248 por quilômetro a partir do quarto ano. O valor efetivamente cobrado, porém, dependerá do resultado do leilão e do deságio apresentado pela empresa vencedora.

Ao longo dos 30 anos de contrato, a receita tarifária projetada é de aproximadamente R\$ 63,81 bilhões. As receitas acessórias estão estimadas em R\$ 957,12 milhões, enquanto os custos e despesas operacionais (Opex) devem somar R\$ 6,70 bilhões.

Análise do TCU

A versão final do projeto foi revisada pela ANTT após as análises realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O processo de desestatização foi aprovado pelo Tribunal em 26 de agosto.

Os ajustes incorporados ao edital e aos demais documentos consideraram as determinações do TCU e as reanálises técnicas realizadas pela ANTT.

Análise do TCU

A Rota 2 de Julho integra a 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais e reúne intervenções voltadas à ampliação da capacidade, operação, conservação, atendimento aos usuários e segurança ao longo dos 653,3 quilômetros concedidos.

Com edital aprovado, Rota Agro Central dá mais um passo rumo à concessão

Sistema reúne 887,6 quilômetros das BRs-070, 174 e 364 em Mato Grosso e Rondônia; escolha da concessionária ocorrerá nas próximas etapas

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

aprovou o edital de concessão da Rota Agro Central, sistema rodoviário com 887,6 quilômetros de extensão que reúne trechos das BRs-070, 174 e 364, em Mato Grosso e Rondônia. A decisão foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU), nesta sexta-feira (4).

A futura concessão reú-

ne quatro segmentos rodoviários. Em Rondônia, o trecho da BR-364 começa no entroncamento com a BR-435, em Vilhena, e segue até a divisa com Mato Grosso.

Já em território mato-grossense, a BR-364 será concedida desde a divisa entre os estados até o entroncamento com a MT-235, em Sapezal. Também integram o sistema a BR-174, entre Comodoro e Cáceres, e a BR-070, de Cáceres até Cuiabá.

A aprovação da ANTT é válida apenas para o edital. As próximas etapas do processo, assim como a escolha da empresa que assumirá as rodovias, ainda serão definidas.

A escolha do futuro concessionário ocorrerá posteriormente, conforme o cronograma e as regras estabelecidas no edital. Depois da conclusão da disputa e da assinatura do contrato, a empresa vencedora passará a responder pela operação do sistema nos termos previstos na concessão.

TRANSPORTES | Rodovias

Governo marca leilão da Rota do Pequi para dezembro

Concessão de trecho das BR-060 e BR-153 entre Goiás e Distrito Federal prevê duplicações, Contorno de Goiânia e estruturas para caminhoneiros

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Governo Federal marcou para 11 de dezembro o leilão da Rota do Pequi, concessão que abrange um trecho das rodovias BR-060 e BR-153 entre Hidrolândia (GO) e Brasília (DF). A disputa será realizada na B3, em São Paulo. O edital foi publicado nesta quarta-feira (2) no Diário Oficial da União.

A nova concessão prevê R\$ 4,3 bilhões em investimentos ao longo do contrato, além de R\$ 3,6 bilhões em custos operacionais. Entre as principais obras previstas estão a implantação do Contorno de Goiânia, a construção de trechos de pistas duplas e a instalação de pontos de parada e descanso para caminhoneiros.



A Rota do Pequi, entre o DF e GO, resulta do processo de otimização do contrato original da Concebra, firmado em 2014 e que abrangia cerca de 1,2 mil quilômetros de rodovias

O trecho fazia parte da concessão da Concebra (Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil), controlada pela Triunfo. A empresa permanecerá responsável pela operação até dezembro deste ano, quando termina o período da concessão atual.

A Rota do Pequi é resultado do processo de otimização do contrato original da Concebra, firmado em 2014 e que abrangia cerca de 1,2 mil quilômetros de rodovias. Após a repactuação, o trecho foi dividido em três novas concessões: Rota do Zebu, Rota Sertaneja e Rota do Pequi.

A Rota do Zebu foi leiloadada em outubro de 2024, enquanto a Rota Sertaneja foi levada à disputa no fim de 2025. Com o novo certame, o governo conclui a sequência de concessões resultantes da divisão do contrato original.

Cronograma

A Rota do Pequi é um dos projetos previstos pelo Ministério dos Transportes para os últimos meses de 2026. A pasta também prevê os leilões da Rota Agro Central, formada pelas BR-070, BR-174 e BR-364, entre Mato Grosso e o sul de Rondônia, e da Rota 2 de Julho, que reúne trechos das BR-324 e BR-116, na Bahia.

Também estão previstos dois lotes rodoviários no Rio Grande do Sul, cujos leilões foram adiados após não receberem propostas.

O cronograma de concessões rodoviárias foi reduzido em relação à previsão inicial do governo. A estimativa era realizar 13 certames em 2026, mas, até o momento, três projetos foram efetivamente leiloados e outros dois estão com datas de disputa definidas.

Pedágios terão reajuste em concessões de MG e GO

Novas tarifas atingem praças da Ecovias do Cerrado e da Way-262, com valores que chegam a R\$ 11,20 para veículos de passeio

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou revisões ordinárias e reajustes da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) em duas concessões rodoviárias que atendem Minas Gerais e Goiás. As mudanças abrangem os

contratos da Ecovias do Cerrado S.A. e da Concessionária da Rodovia BR-262 MG S.A. (Way-262).

No contrato da Ecovias do Cerrado, a tarifa para veículos de passeio passa de R\$ 5,90 para R\$ 6,90 nas sete praças da concessão.

Os novos valores serão praticados em Uberlândia, Monte Alegre de Minas, Ituiutaba, Santa Vitória, Paranaiguara, Cachoeira Alta e Jataí.

A revisão considera o Índice de Reajustamento

Tarifário (IRT) de 1,63418, correspondente à variação positiva de 9,19% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos Fatores A, D e C previstos no contrato.

A decisão estabelece efeitos econômico-financeiros a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 20 de julho de 2026.

A nova tarifa entra em vigor no terceiro dia subsequente à publicação da decisão. Até a data, a concessionária deverá dar ampla publicidade aos novos

valores.

Way-262

Para a Concessionária da Rodovia BR-262 MG S.A. (Way-262), a ANTT aprovou a 1ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio. Os novos valores para veículos de passeio entram em vigor à zero hora de 20 de setembro.

Nas seis praças da BR-262/MG, as tarifas passam a ser de R\$ 11,00 em Florestal, R\$ 9,40 em Nova Serrana, R\$ 11,20 em Luz, R\$ 10,70 em Campos Al-

tos, R\$ 10,20 em Araxá e R\$ 11,10 em Perdizes.

A revisão considera o IRT de 1,14890, correspondente à variação de 7,68% do IPCA entre janeiro de 2025 e julho de 2026.

Também foram considerados os Fatores A, E, D e C e o Fluxo de Caixa Marginal (FCM), conforme os parâmetros do contrato.

A decisão estabelece efeitos econômico-financeiros a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 20 de setembro.

MINERAÇÃO

Brasil busca aproximar mineração e indústria para agregar valor a minerais críticos

Debate reúne setor produtivo e governo em torno de investimentos, refino, tecnologia e formação de mercado para ampliar participação brasileira nas novas cadeias minerais

Divulgação

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

O Brasil precisa transformar sua vantagem geológica em minerais críticos em capacidade industrial e tecnológica para capturar uma parcela maior do valor gerado por recursos estratégicos para a transição energética e as novas cadeias globais de suprimento. O caminho passa por mais investimentos em pesquisa, processamento e refino, além de uma aproximação maior entre mineração e indústria.

O tema foi discutido na segunda edição do Café com a Indústria, promovido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em Brasília. O encontro ocorreu na quarta-feira (2), mesmo dia em que o Senado aprovou a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que segue para sanção presidencial.

Para o presidente da ABDI, Olavo Noleto, o país reúne condições favoráveis diante da combinação entre reservas minerais e aumento da demanda mundial por matérias-primas estratégicas. O desafio, segundo ele, é desenvolver cadeias produtivas capazes de processar e industrializar uma parcela maior desses recursos no Brasil.

“Entendemos que apoiar cadeias produtivas no sentido de elas poderem processar, industrializar essa matéria-prima brasileira é fundamental. Isso não é um processo simples.



O painel reuniu representantes do governo e do setor para debater como transformar o potencial brasileiro em minerais críticos em novas cadeias industriais e tecnológicas

Requer muito estudo, muito planejamento, investimento e muita capacidade de articular o setor público e privado”, afirmou.

O gerente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), Miguel Nery, destacou que essa estratégia depende da capacidade de atrair capital desde a descoberta de novos depósitos até as etapas de transformação. Também é necessário, segundo ele, garantir mercado para os produtos dos novos projetos, no Brasil ou no exterior.

“É fundamental que a política de minerais críticos conduza para o desenvolvimento de instrumentos que permitam a atração de investimentos que deve repercutir tanto para a pesquisa mineral quanto para a agregação de valor”, disse.

A presidente do Conselho da Associação de Mine-

rais Críticos (AMC), Marisa Cesar, chamou atenção para a necessidade de o país avançar além da extração e das primeiras etapas de beneficiamento. Para ela, a agregação de valor passa pela instalação de etapas mais sofisticadas da cadeia produtiva em território nacional.

“Discutimos a importância de trazer o refino para o país, e isso passa pela industrialização”, afirmou.

A nova Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos prevê instrumentos voltados justamente a esse objetivo. Segundo o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Uallace Moreira, o texto inclui mecanismos financeiros e benefícios fiscais destinados a estimular investimentos na

transformação mineral.

Conhecimento

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Pablo Cesário, afirmou que o desenvolvimento dessas cadeias não depende apenas da disponibilidade dos recursos. “O futuro é um binômio. É mineração mais conhecimento”, resumiu.

Cesário defendeu uma aproximação maior entre empresas e centros de pesquisa e condições de financiamento adequadas, especialmente para pequenas e médias companhias. Também apontou como obstáculo o prazo necessário para transformar uma descoberta em operação comercial: segundo ele, são, em média, 17,2 anos entre a identificação da reserva e o início do faturamento de um projeto mineral no Brasil.

O diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb), Roberto Xavier, avaliou que o país já desenvolveu competência na descoberta de depósitos, mas precisa avançar nas etapas seguintes. Para isso, considera necessário selecionar os minerais nos quais o Brasil possui condições reais de desenvolver cadeias competitivas, com escala e demanda.

“A mineração e as indústrias que utilizam os insumos minerais são dois mundos com realidades diferentes, mas que dependem entre si”, afirmou. Segundo Xavier, essa aproximação é necessária para que setores como mobilidade elétrica, energia e fabricação de motores possam se conectar melhor à oferta de matérias-primas minerais.

Mercado

Para Jorge Boeira, analista de Produtividade e Inovação da ABDI, a política nacional representa apenas um primeiro passo. O país também precisa ampliar sua capacidade de consumir produtos e componentes derivados desses minerais, criando demanda suficiente para sustentar economicamente novos projetos de refino e manufatura.

“A gente precisa criar indústrias que tenham capacidade para consumir esses componentes baseados em minerais e materiais de origem mineral e que isso crie um mercado doméstico importante para garantir economicidade de novas plantas de refino e manufatura desses materiais”, afirmou.

MINERAÇÃO

BNDES seleciona consórcio para abrir novas frentes no urânio

Estudos vão definir formatos de participação privada em projetos da INB e buscar investimentos para ampliar a produção nacional

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) homologou o Consórcio VGLHH para estruturar modelos de negócios que permitam a participação do setor privado na exploração de urânio no Brasil. O grupo foi escolhido em uma concorrência que reuniu cinco consórcios e terá até o segundo trimestre de 2027 para apresentar cenários para as parcerias com a Indústria Nucleares do Brasil (INB).

O trabalho faz parte do Programa Pró-Urânio, lançado em 2024 pela INB, BNDES e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar). A iniciativa prevê a atração de investimentos para pesquisa e lavra de novas jazidas, com o objetivo de ampliar a



Divulgação

O consórcio vai estudar modelos de parceria entre a INB e investidores privados para ampliar a pesquisa e a produção de urânio em áreas de cinco províncias minerais do país

produção nacional, reduzir a dependência externa em etapas estratégicas do ciclo do combustível nuclear e garantir o abastecimento das usinas de Angra 1 e Angra 2.

Os estudos deverão considerar aspectos geológicos, jurídicos e regulatórios, além da estrutura econômico-financeira das operações, questões socioambientais, mercado e

impactos sociais. Segundo a INB, a modelagem terá de conciliar o risco assumido pelos investidores na pesquisa mineral com o papel estratégico da estatal no setor nuclear. O contrato com o consórcio terá duração de três anos, e os trabalhos devem começar em setembro.

Liderado pela Vallya Advisors Assessoria Financeira, o VGLHH é formado

ainda por GE21 Consultoria Mineral, Lefosse Advogados, Harpia Consultoria Ambiental e de Gerenciamento de Projetos e Harpia Group AG. Após a conclusão dos estudos, INB e ENBPar deverão selecionar o modelo de negócio considerado mais adequado e iniciar a interação com potenciais investidores.

A participação privada na pesquisa e lavra de minerais nucleares foi autorizada pela Lei nº 14.514/2022, que permite à INB estabelecer contratos de prestação de serviços ou constituir sociedades com empresas privadas. A aplicação desses mecanismos depende de regulamentação do Executivo, que deverá detalhar as estruturas de parceria e as condições de participação da estatal. O BNDES participa do processo por meio dos estudos de estruturação do programa.

“O trabalho vai permitir um modelo capaz de equilibrar o risco assumido pelo investidor e o

papel estratégico da INB. Quem investe em pesquisa mineral assume um risco elevado e precisa ter segurança de que, em caso de descoberta de uma jazida economicamente viável, poderá avançar para seu desenvolvimento. Por outro lado, cabe à INB, como detentora do monopólio da União, autorizar e supervisionar o projeto. A modelagem precisa equacionar esses diferentes papéis para criar condições atrativas e seguras para os dois lados, para que tenhamos novos investimentos na produção de urânio no país”, diz Tomás Albuquerque, presidente da INB.

A proposta da INB inclui áreas em cinco províncias minerais: Amorinópolis, em Goiás; Espinharas, na Paraíba; Figueiras, no Paraná; Rio Preto, entre Goiás e Tocantins; e Lagoa Real, na Bahia. A expectativa é que a definição dos modelos de parceria permita avançar na atração de capital privado para a pesquisa e produção de urânio no país.

Ouro recua com payroll forte e perde nível de US\$ 4.500

Criação de empregos acima do esperado nos EUA reforça expectativa de alta de juros pelo Fed e pressiona o metal

Estadão Conteúdo

O contrato mais líquido do ouro fechou a sexta-feira, 4, em queda de mais de 1%, perdendo o nível de US\$ 4500 a onça-troy, em um movimento que refletiu a divulgação do payroll (relatório de

emprego) norte-americano de agosto. A criação de empregos bem acima do esperado sugere um espaço para que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) eleve juros nas próximas reuniões, o que fortaleceu o dólar e impulsionou os rendimentos dos Treasuries, ambos movimentos que pressionam a cotação do metal.

Na Comex, divisão de

metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em baixa de 1,37%, a US\$ 4.476,6 por onça-troy, cedendo 1,15% na semana.

A prata para dezembro caiu 1,41%, a US\$ 66,74 por onça-troy, recuando 1,53% na semana.

O payroll de agosto reforçou o argumento para uma alta de juros pelo

Fed em setembro, avalia o ING, embora a decisão final ainda dependa do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da próxima sexta-feira.

Para o banco holandês, a leitura de inflação provavelmente não será fraca o suficiente para impedir um novo aperto monetário.

“É provável que a aten-

ção do mercado se volte para os dados de inflação de agosto, previstos para a próxima semana. Caso esses números indiquem, mais uma vez, apenas pressões moderadas sobre os preços, é provável que o mercado reduza ainda mais suas expectativas em relação às taxas de juros, oferecendo suporte adicional ao ouro”, avalia o Commerzbank.

PETRÓLEO E GÁS

Ibama autoriza Petrobras a perfurar mais três poços na Foz do Amazonas

Licença amplia campanha exploratória no bloco FZA-M-59 e prevê novas perfurações após a conclusão de Morpho; MPF cobra esclarecimentos sobre duração e impactos do projeto

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizou a Petrobras a perfurar mais três poços exploratórios no bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. A decisão amplia a campanha da estatal na região e ocorre após a identificação de indícios de petróleo no primeiro poço perfurado no bloco.

A autorização foi formalizada por meio da retificação da Licença de Operação nº 1684, que passou a incluir três poços contingentes já previstos no processo de licenciamento ambiental. Com isso, a companhia poderá avançar, após a conclusão da perfuração de Morpho, para os poços Manga, Crotalus e Morpho Extensão.

A decisão foi assinada na quinta-feira (3) pelo presidente do Ibama, Jair Schmitt. O órgão ambiental determinou que a Petrobras apresente, em até 30 dias após o recebimento da licença, um cronograma atualizado das atividades de perfuração.

O pedido para inclusão dos novos poços havia sido apresentado pela estatal em agosto. Agora, a Petrobras deverá organizar a sequência da campanha exploratória e os preparativos técnicos necessários

para dar continuidade às operações no bloco.

Os novos poços são considerados importantes para avaliar a extensão e as características da descoberta realizada na área e para determinar se existe volume de petróleo suficiente para sustentar uma futura produção comercial. A perfuração de poços adicionais é uma etapa comum em campanhas exploratórias destinadas a delimitar reservatórios e reduzir incertezas geológicas.

A Foz do Amazonas integra a Margem Equatorial, região que se estende pelo litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte e concentra uma das principais apostas da Petrobras para ampliar suas reservas de petróleo no longo prazo. A estatal vem defendendo a necessidade de avançar na exploração da área para conhecer melhor seu potencial geológico.

Nova etapa

Com a retificação da licença, a campanha no FZA-M-59 deixa de se limitar ao poço inicialmente autorizado e passa a contemplar um programa mais amplo de avaliação do bloco.

A sequência das atividades deverá começar com a conclusão de Morpho, seguida pelas perfurações dos três novos poços. A Petrobras ainda terá de definir o cronograma operacional e cumprir as exigências estabelecidas pelo Ibama antes do início das etapas seguintes.

O avanço da campanha ocorre depois de a companhia identificar sinais de presença de hidrocarbonetos no primeiro poço

da área. A confirmação de uma descoberta comercial, no entanto, depende de uma série de análises geológicas, testes e novas perfurações.

Esses trabalhos ajudam a definir a extensão do reservatório, a qualidade do óleo, a pressão e outras características técnicas que serão consideradas na avaliação econômica de um eventual projeto de produção.

Questionamentos

Ao mesmo tempo em que amplia sua autorização para perfurar na região, o processo de licenciamento continua sendo alvo de questionamentos do Ministério Público Federal (MPF).

O órgão pediu esclarecimentos ao Ibama sobre diferenças entre informações apresentadas durante

uma audiência na Justiça Federal e dados posteriormente encaminhados no processo administrativo relacionado à atividade exploratória.

Segundo o MPF, representantes do instituto haviam indicado, em audiência realizada em abril do ano passado, que a operação teria caráter pontual e duração estimada de cerca de seis meses. Posteriormente, porém, o Ibama informou que o projeto previa uma campanha de quatro poços, com atividades distribuídas entre 2025 e 2029.

O Ministério Público considera que a diferença entre as informações precisa ser esclarecida, principalmente porque a duração da campanha pode influenciar a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento.

Entre os pontos levantados estão os possíveis efeitos acumulados das operações sobre a fauna marinha, a pesca artesanal e comunidades tradicionais. O MPF também quer saber de que forma a extensão do período de perfuração foi considerada no processo de licenciamento.

A cobrança já havia sido direcionada ao presidente do Ibama e se soma ao debate que acompanha a exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na região da Foz do Amazonas, considerada ambientalmente sensível.

A Petrobras, por sua vez, tem sustentado que as atividades exploratórias são necessárias para verificar o potencial da área e que a perfuração ocorre sob regras definidas pelo licenciamento ambiental.

Divulgação



O órgão ambiental determinou que a Petrobras apresente, em até 30 dias após o recebimento da licença, um cronograma atualizado das atividades de perfuração dos poços

PETRÓLEO E GÁS

ANP abrirá consulta sobre novas exigências de capital social

Entre as mudanças para o setor de combustíveis, estão atualizações da obrigação de comprovação da origem e licitude dos recursos, bem como da identificação do titular

Estadão Conteúdo

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta sexta-feira, 4, a abertura de consulta pública, por 45 dias, e a realização de audiência pública para alterar seis resoluções que regulam o capital social de agentes do setor de abastecimento de combustíveis.

As mudanças tratam da atualização do capital social mínimo integralizado, da exigência de comprovação da origem e licitude dos recursos usados para integralizar esse capital e da identificação do titular efetivo da pessoa jurídica.

A alteração será estendida à produção de petróleo e derivados; distribuição de combustíveis de aviação; revenda de combustíveis automotivos; distribuição de combustíveis líquidos; e produção de biocombustíveis.

A revisão busca adequar as normas da ANP à Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026 (Código de Defesa do Con-

tribuinte), que alterou a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo). A agência também aprovou a dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR), sob o argumento de que as alterações decorrem diretamente de determinações legais, sem necessidade de avaliação de alternativas regulatórias.

No caso da Resolução nº 950/2023, que trata da distribuição de combustíveis líquidos, a revisão ficará restrita à comprovação da ori-

gem e licitude dos recursos e à identificação do titular efetivo, já que o capital social mínimo dessa atividade foi atualizado recentemente pela ANP conforme a nova lei. Nas demais, serão incorporados os valores mínimos previstos na legislação: R\$ 1 milhão para revendedores de combustíveis líquidos, R\$ 10 milhões para distribuidores e R\$ 200 milhões para produtores.

Para agentes já autorizados, a proposta prevê

prazo de dois anos para adequação às novas exigências, com exceção dos distribuidores de combustíveis líquidos, que já têm regra de transição estabelecida na Resolução nº 950/2023. Segundo a ANP, o prazo busca permitir a adaptação e reduzir riscos à continuidade do abastecimento.

A minuta também prevê que a comprovação da origem e licitude dos recursos será feita por parecer de auditor independente

registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com possibilidade de verificação por outros meios, como convênios ou termos de cooperação com bancos e órgãos públicos.

A minuta e as orientações para participação social serão publicadas no site da ANP após o aviso da consulta e da audiência no Diário Oficial da União, informou a agência.

Gás

O preço médio do gás de cozinha devolveu na primeira semana de setembro a queda registrada na última semana de agosto, voltando ao nível de R\$ 114 o botijão de 13 quilos, alta de 0,2% em relação à semana anterior, mas encontrado a um preço médio de R\$ 161 por botijão na região Sul, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O óleo diesel S-10 ficou estável na mesma comparação, com preço médio de R\$ 6,88 por litro, e a gasolina caiu 0,3%, para média de R\$ 6,53 por litro. Entre as regiões, os preços mais altos do diesel S-10 e da gasolina foram registrados no Norte, a R\$ 9,25 e R\$ 8,99 o litro, respectivamente, segundo dados da ANP.

Agência Brasil / Arquivo



A ANP aprovou a dispensa de Análise de Impacto Regulatório, sob o argumento de que as alterações decorrem diretamente de determinações legais

Agência descarta prorrogar exploração

Na última hora do pregão, o Ibovespa reverteu a queda registrada ao longo do dia para finalmente terminar em alta de 0,30%, aos 175.664,62 pontos, respondendo a uma procura marginal por ações mais descontadas depois de quedas sucessivas. Os ganhos das últimas sessões permitiram ao índice acumular

alta de 2,71% na semana, com todas as dez maiores ações da bolsa registrando altas em cinco dias.

Mesmo com a melhora do humor nesta tarde, o mercado brasileiro esbarrou nas declarações mais duras do presidente do Federal Reserve (Fed), Kevin Warsh, durante o Simpósio de Jackson Hole.

As falas indicaram preocupação do dirigente com a inflação persistente e reforçaram a leitura de que os juros podem subir na maior economia do mundo. O reflexo já se viu nas apostas do mercado para a reunião de setembro, que se deslocaram de manutenção para alta de juros - 57,5% dos investidores esperam essa de-

cisão, segundo a ferramenta do CME FedWatch.

Juros mais altos nos EUA enxugam a liquidez global, especialmente de mercados considerados mais arriscados - o EEM (iShares MSCI Emerging Markets ETF), maior ETF ligado a ações emergentes, cai 0,70% nesta sexta.

"Hoje [sexta-feira, 28] o presidente do Fed ajudou a

pressionar os mercados ao falar que a inflação não está desacelerando como esperado e isso afeta especialmente o Brasil, porque os juros nos EUA são um dos catalisadores para a bolsa nossa ter fôlego, além do ambiente doméstico e político", afirma Bruna Centeno, economista, sócia e advisor da Blue3 Investimentos.

ENERGIA

Qair planeja data center de até 565 MW no Pecém

Projeto Grand Réseau terá primeira etapa de 150 MW e será integrado à geração renovável e aos demais empreendimentos de energia da companhia no Ceará

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Qair Brasil, subsidiária do grupo francês Qair, planeja instalar um megaprojeto de data center na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Pecém, no Ceará, integrado à geração própria de energia renovável. Batizado de Grand Réseau, o empreendimento poderá alcançar 565 MW de capacidade e terá uma primeira etapa de 150 MW.

As obras da primeira fase estão previstas para começar no primeiro semestre de 2027. O projeto ainda depende da licença de instalação, mas, segundo a empresa, o processo está avançado. A Qair já obteve a licença prévia e



As obras da primeira fase estão previstas para começar no primeiro semestre de 2027. O projeto depende da licença de instalação, mas, segundo a Qair, o processo está avançado

a viabilidade de conexão à rede elétrica.

O valor do investimento e os possíveis clientes não foram divulgados. Em entrevista ao Diário do Nordeste, o presidente da Qair Brasil, Armando Abreu, afirmou que o empreendimento poderá re-

presentar “provavelmente o maior investimento pontual da história do Ceará”.

O diferencial do projeto está na estratégia de integrar a estrutura digital aos empreendimentos de energia da própria Qair. A empresa pretende conectar o data center aos proje-

tos de geração renovável e de produção de hidrogênio verde que desenvolve no Estado.

A Qair possui cerca de 650 MW em projetos de geração de energia no Ceará e prevê chegar a 2.000 MW em projetos que incluem, além da geração re-

novável, data centers, sistemas de armazenamento de energia por baterias (BESS), hidrogênio verde e energia eólica offshore.

O projeto da Qair chega em meio à expansão do Pecém como polo de infraestrutura digital no Brasil. O complexo já reúne projetos de grandes data centers e conta com conexão por cabos submarinos em Fortaleza, fator considerado estratégico para empreendimentos que demandam alta capacidade de transmissão de dados.

Na ZPE do Pecém, há três projetos em operação e outros 14 aprovados, sendo 11 relacionados a data centers. Entre os empreendimentos anunciados para a região estão projetos da Voltalia e da Omnia, ligada à ByteDance, controladora do TikTok, além da Tecto Data Centers.

ESG

Mutirão reúne voluntários para limpar manguezal no Guarujá

Ação no Sítio Conceiçãozinha terá coleta de resíduos por terra e água e reunirá comunidade, empresas e Poder Público

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Um mutirão ambiental vai mobilizar voluntários para a limpeza do manguezal do Sítio Conceiçãozinha, em Guarujá, no dia 11 de setembro. A ação, promovida pelos terminais TEG e TEAG, reunirá comunidade, empresas da região

e representantes do Poder Público para a retirada de resíduos descartados no manguezal e nas áreas do entorno.

A concentração será às 9h, no campo de futebol do Sítio Conceiçãozinha. A partir de lá, os participantes serão divididos em grupos para atuar em duas frentes: por terra, nas margens do manguezal e nas vias próximas; e por água, com o uso de embarcações para alcançar áreas de cos-

tado.

Esta será a quinta edição consecutiva da mobilização, realizada em referência ao World Cleanup Day, o Dia Mundial da Limpeza. Além da coleta de resíduos, a iniciativa busca chamar a atenção para a importância da conservação dos manguezais, ecossistemas fundamentais para o equilíbrio ambiental da Baixada Santista.

Segundo Fábio Francisco, diretor de Operações

e Relações Institucionais dos terminais TEG, TEAG e TES, a continuidade da ação reforça a responsabilidade compartilhada pela preservação ambiental. “Chegar à quinta edição mostra a continuidade desse compromisso. O manguezal tem uma importância ambiental enorme para a região e participar dessa mobilização é uma forma de contribuir para a preservação e, ao mesmo tempo, aproximar

colaboradores, pescadores e comunidade em torno de uma responsabilidade que precisa ser compartilhada por todos”, afirma.

A Prefeitura de Guarujá participa da mobilização por meio das secretarias de Operações Urbanas (Seurb), que fará a destinação adequada dos resíduos recolhidos, e de Meio Ambiente e Segurança Climática. A ação também terá parceria do projeto Eco-Comunidade.

COMÉRCIO EXTERIOR

Balança comercial tem superávit de US\$ 7,3 bilhões em agosto

Exportações para EUA e UE cresceram no mês, enquanto as vendas para China e Argentina recuaram. No acumulado de 2026, o resultado positivo do Brasil é de US\$ 55,3 bi

Estadão	Conteúdo
---------	----------

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 7,394 bilhões em agosto, segundo dados divulgados nesta sexta-feira, 4, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O valor foi alcançado com exportações de US\$ 33,158 bilhões e importações de US\$ 25,764 bilhões.

O resultado de agosto ficou acima da mediana apontada pelo mercado financeiro na pesquisa Projeções Broadcast, de superávit comercial de US\$ 6,75 bilhões, após saldo positivo de US\$ 7,067 bilhões em julho. As projeções para esta leitura iam

de US\$6,310 bilhões a US\$ 7,900 bilhões.

Em agosto, as exportações registraram alta de 12,2% na comparação com o mesmo mês de 2025, com crescimento de 11,4% em Agropecuária, que somou US\$ 7,388 bilhões; alta de 16,4% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 8,346 bilhões; e, por fim, crescimento de 10,2% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 17,174 bilhões.

As importações subiram 9,2% em agosto ante o mesmo mês de 2025, com alta de 7,4% em Agropecuária, que somou US\$ 470 milhões; queda de 41,3% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 1,027 bilhão; e, por fim, crescimento de 13,4% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 24,118 bilhões.

Acumulado de 2026

No acumulado do ano até agosto, a balança acumulou superávit comercial de

US\$ 55,318 bilhões. O valor foi alcançado com exportações de US\$ 250,855 bilhões e importações de US\$ 195,538 bilhões e é 28,2% maior do que no mesmo período de 2025.

Nestes primeiros oito meses de 2026, comparado ao mesmo período de 2025, as exportações registraram alta de 10,3%, com crescimento de 9,5% em Agropecuária, que somou US\$ 57,855 bilhões; alta de 19,6% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 62,137 bilhões; e, por fim, crescimento de 6,6% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 129,410 bilhões.

As importações subiram 6,1% de janeiro a agosto de 2026 ante o mesmo período de 2025, com queda de 12,3% em Agropecuária, que somou US\$ 3,658 bilhões; queda de 5,5% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 8,249 bilhões; e, por fim, crescimento de 7,1% em Indústria de Transformação, que

alcançou US\$ 182,349 bilhões.

Estados Unidos

As exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos subiram 12,1% em agosto de 2026 (somando US\$ 3,190 bilhões no mês, ante US\$ 2,845 bilhões em agosto de 2025, quando os EUA aplicaram as primeiras tarifas ao Brasil).

Pelo lado das importações, houve alta de 1,1% nas compras vindas dos EUA em agosto (totalizando US\$ 4,014 bilhões, ante US\$ 3,970 bilhões em igual mês do ano passado). Assim, a balança comercial com os EUA resultou em déficit de US\$ 824 milhões em agosto.

No entanto, no acumulado de janeiro a agosto de 2026, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os Estados Unidos caíram 9,7% e atingiram US\$ 24,105 bilhões. As importações recuaram 8,6% e totalizaram US\$ 27,316 bilhões. Dessa forma, no período, a balança comercial com os Estados Unidos apresentou déficit de US\$ 3,211 bilhões.

“Esse aumento das exportações brasileiras no mês está calcado pelo crescimento de preços da exportação para os Estados Unidos, de 8,6%”, argumentou o diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior, Herlon Brandão.

China

Já as exportações de produtos brasileiros para a China caíram 10,9% em agosto de 2026, somando US\$ 8,340 bilhões, ante

US\$ 9,361 bilhões em agosto de 2025. Pelo lado das importações, houve crescimento de 21,3% nas compras vindas da China em agosto, totalizando US\$ 6,609 bilhões no mês, ante US\$ 5,449 bilhões em igual mês do ano passado.

Com isso, o Brasil teve superávit de US\$ 1,731 bilhão com o país asiático no oitavo mês deste ano.

No período de janeiro a agosto de 2026, em relação a igual período do ano anterior, as vendas para China cresceram 15,0% e atingiram US\$ 77,070 bilhões. As importações cresceram 9,5% e totalizaram US\$ 51,561 bilhões. Consequentemente, neste período, a balança comercial com a China apresentou superávit de US\$ 25,509 bilhões.

União Europeia

As exportações de produtos brasileiros para a União Europeia cresceram 46,4% em agosto deste ano e somaram US\$ 5,824 bilhões, ante US\$ 3,978 bilhões em agosto de 2025. As importações subiram 11,8% (somando US\$ 4,725 bilhões, ante US\$ 4,228 bilhões no mesmo mês do ano passado). A balança comercial com este bloco resultou em superávit de US\$ 1,100 bilhão em agosto.

Argentina

No caso da Argentina, as exportações caíram 9,6% e somaram US\$ 1,479 bilhão. As importações cresceram 6,9% e totalizaram US\$ 1,099 bilhão. Logo, a balança comercial com este parceiro comercial apresentou superávit de US\$380 milhões.



Tânia Rêgo / Agência Brasil

A maior alta nas exportações de produtos brasileiros em agosto foi para a União Europeia, antes do início do veto à carne: 46,4%

Ibovespa tem leve queda no dia, mas fecha semana em alta de 5,4%

Nesta sexta-feira, o índice da B3 se manteve na faixa dos 185 mil pontos, com giro financeiro de R\$ 17 bilhões. Cenário eleitoral impulsionou balanço do mercado

Divulgação / B3

Estadão Conteúdo

Depois de passarem os últimos dias animados com os resultados das pesquisas eleitorais no Brasil, os investidores reduziram o movimento de compras e aproveitaram a última hora do pregão para ajustar suas posições antes do feriado que manterá o mercado fechado na próxima segunda-feira, 7.

Com isso, o Ibovespa perdeu fôlego e encerrou no zero a zero (-0,02%) nesta sexta-feira, 4, sustentando-se na faixa dos 185 mil pontos (185.147,15 pontos). O giro financeiro reduzido no dia, em R\$ 17 bilhões, é um dos sinais, segundo operadores, de que os investidores colocaram o pé no freio no dia.

“Agora, o mercado entra em um modo de espera

por novas notícias sobre o quadro político. O volume cai um pouco e o mercado perde tração, com um dia útil a menos na semana que vem”, afirma Wagner Atoguia Lima, chefe trader sênior de renda variável da Lince Investimentos, escritório associado ao Saфра. “As pesquisas eleitorais seguem dando suporte e animando o mercado, mas, daqui em diante, teremos mais volatilidade.”

Uma sequência de levantamentos de intenção de voto nesta semana, inclusive o Datafolha divulgado na noite da quinta-feira, deu ânimo a um mercado que espera uma alternância de poder e confia que uma chapa à direita poderá oferecer maior compromisso com a agenda de gastos públicos.

Aproximação lenta

Com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) se aproximando, ainda que vagorosamente, do presidente Lula (PT), as apostas



Depois das altas na semana, o Ibovespa perdeu fôlego e encerrou a sessão desta sexta-feira em queda suave de 0,02%

na Bolsa voltaram a ganhar força: na semana, o Ibovespa acumulou alta de 5,40%. Nos quatro primeiros dias de setembro, a alta é de 4,36%; no ano, 14,91%.

“Pelo que monitoramos de fluxo, foi tanto de local comprando, como a volta do estrangeiro em uma magnitude pequena, não foi uma magnitude alta.

Então, com os dois tipos de investidor comprando, cria-se uma condição técnica de sobrevivência. E aí vimos um rali muito forte e uma pausa para ver o que acontece, porque o mercado já se ajustou para cima com essa melhora do Flávio nas pesquisas”, afirma Marcelo Audi, sócio fundador da Cardinal Partners.

No começo do dia, sinais negativos do exterior chegaram a pautar os negócios locais, depois que o principal relatório de emprego dos Estados Unidos, o payroll, mostrou um nível de criação de vagas de trabalho bem acima do esperado. No decorrer da sessão, porém, o impacto foi absorvido pelo mercado.

Dólar sobe 0,52% e chega a R\$ 5,13

Apesar disso, a divisa recuou 1,26% na semana e 0,95% nos primeiros quatro dias do mês

Estadão Conteúdo

O dólar subiu frente ao real nesta sexta-feira, 4, acompanhando a valorização da moeda norte-americana no exterior, após dados fortes do mercado de trabalho pelo payroll nos Estados Unidos aumentarem as apostas em alta de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) em setembro.

Operadores afirmam que houve um ajuste de posições no mercado local, depois de quatro pregões seguidos de queda do dólar, com desvalorização acumulada de 1,77%, na esteira do aumento de chances de vitória da oposição na corrida presidencial. Em dinâmica similar à da véspera, o real teve um dos piores desempenhos do dia entre as divisas mais líquidas.

Pesquisa Datafolha divulgada na quinta à noite confirmou o quadro de empate técnico entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em simulação de eventual segundo turno, desenhado por levantamentos anteriores. O petista aparece com 46% das intenções de voto, contra 44% do candidato do PL.

À exceção de uma queda pontual e bem limitada na abertura dos negócios, quando registrou mínima de R\$ 5,1022, o dólar operou em alta no restante da sessão. Após máxima de R\$ 5,1407, fechou em alta de 0,52%, a R\$ 5,1308. A moeda americana recuou 1,26% na semana e 0,95% nos quatro primeiros dias de se-

tembro, após valorização de 2,16% em agosto.

“Os investidores se assustaram hoje um pouco com a geração de emprego três vezes superior às expectativas. Mas a semana foi de queda do dólar, com o mercado ajustando os prêmios de risco para a possibilidade de uma vitória do Flávio”, afirma o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo.

O desgaste do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, após a Polícia Federal revelar conversas dele com o ex-controlador do Banco

Master, Daniel Vercaro, é visto como favorável ao bolsonarismo. O presidente do STF, Edson Fachin, deu sinais nesta sexta de que pretende pôr fim ao inquérito das ‘fake news’, comandado por Moraes.

Para a economista Luíza Pinese, da XP, o principal risco para o real até o fim do ano é a possibilidade de uma elevação dos juros nos Estados Unidos. Ela pondera, contudo, que a postura do Banco Central na condução da política monetária e a saúde das contas externas devem dar suporte à moeda brasileira.

JUSTIÇA

Fachin tira do inquérito das fake news a investigação de Mendonça

Presidente do STF barra pedido de Moraes e determina inclusão do caso no mesmo procedimento aberto sobre os indícios encontrados pela Polícia Federal contra o ministro

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, retirou do âmbito do inquérito das fake news o pedido de Alexandre de Moraes para investigar André Mendonça. Fachin determinou nesta sexta-feira, 4, que o caso seja incluído no mesmo procedimento aberto sobre os indícios encontrados pela Polícia Federal contra Moraes.

Fachin deu prazo de cinco dias úteis para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e, em seguida, o mesmo prazo para Mendonça se manifestar sobre o pedido de Moraes. A intenção é complementar informações antes de decidir sobre “a admissibilidade e a regularidade do procedimento”.

Segundo o presidente do Supremo, “as providências ora determinadas destinam-se exclusivamente à instrução do feito, sem antecipação de juízo quanto à admissibilidade, à regularidade do

procedimento ou ao mérito das imputações”.

Como segunda-feira, 7, é feriado, os prazos se encerrarão no dia 21. Porém, tanto a PGR quanto Mendonça podem se antecipar. Em seguida, o caso volta a Fachin, que decidirá o destino do pedido de Moraes - se o próprio presidente toma uma decisão ou se envia o caso ao plenário para julgamento.

Fachin é um dos críticos da permanência do inquérito das fake news no Supremo. O caso foi aberto em 2019 de ofício pelo presidente à época, Dias

Toffoli. A interlocutores, o presidente declarou que gostaria de ver o inquérito encerrado ainda neste ano.

Alexandre de Moraes usou o inquérito das fake news nesta quinta-feira, 3, para acusar André Mendonça de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade. Relator do caso Banco Master, Mendonça levantou na terça-feira, 1.º, o sigilo de um relatório da Polícia Federal que compilou 51 mensagens comprometedoras entre Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro, após

o conteúdo ser revelado pelo Estadão.

Moraes atribui a Mendonça quebra da imparcialidade judicial e favorecimento a determinados grupos políticos na relatoria das operações Sem Desconto e Compliance Zero.

Como mostrou o Estadão, Moraes usou um relatório da PF que se define como “sem valor probatório” para pedir a investigação contra o colega. O documento citado por Moraes não tem cabeçalho oficial da PF nem é assinado por nenhum delegado.

Resposta institucional

Edson Fachin disse que os fatos da crise deflagrada entre os ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes estão sendo apurados. Segundo ele, “não haverá precipitação, mas tampouco omissão”. O ministro destacou ainda que a resposta da Corte “será firme, proporcional e rigorosa”.

“Faremos o que é certo, no tempo e pela forma que a ordem jurídica exige. Instituições precisam ser preservadas, sobretudo nos momentos de maior tensão”, destacou, em discurso feito no Palácio do Planalto em cerimônia de sanção de medidas relacionadas a fundos do sistema de Justiça. O evento tem também a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Nenhuma autoridade está acima da Constituição Federal. Nenhum Poder está acima da lei e nenhum interesse circunstancial pode se sobrepor à integridade do Estado democrático de direito. A gravidade dos fatos não autoriza atalhos. Ao contrário, quanto maior o desafio, maior deve ser compromisso com a legalidade, o devido processo e as garantias constitucionais”, afirmou.



Alejandro Zambrana / STF

Edson Fachin afirmou que os acontecimentos recentes demonstram o “acerto e a urgência” da adoção de um código de ética

Em vídeo, ministro agradece por orações

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça publicou vídeo nesta sexta-feira, 4, para agradecer o apoio recebido de parte da sociedade.

“Meus irmãos e minhas irmãs, minha palavra se dirige a vocês essencialmente para agradecer as mensagens de oração e de carinho. Estejam certos

que suas preces a Deus têm sido fundamentais para me sustentar e sustentar a minha família. Eu louvo a Deus por sua vida, grato pela generosidade e solidariedade que tenho recebido. Que Deus os abençoe e que Deus abençoe o nosso País”, diz.

Na noite do dia anterior, o ministro Alexandre

de Moraes, com quem Mendonça trava disputa interna, abriu uma investigação contra ele no âmbito do inquérito das fake news.

Contudo, o presidente da Corte, Edson Fachin, avocou para si a relatoria do procedimento, aberto em resposta à decisão de Mendonça de retirar o si-

gilo de relatório da Polícia federal que detalhou a relação próxima entre a família de Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro, acusado de fraude de R\$ 12 bilhões contra o sistema financeiro nacional.

O documento mostra que o próprio Moraes editou minuta de contrato de R\$ 129 milhões entre o

escritório de sua mulher, a advogada Viviane Barci de Moraes, e o Banco Master. Revela ainda que Vercaro perguntou ao ministro se deveria fugir do País na antevéspera de sua prisão e pediu ajuda junto ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

STF é maior do que qualquer um de seus integrantes, afirma Dino

Sem citar nomes, ministro se manifestou em rede social e disse que a “lealdade institucional exige enfrentar os problemas reais com o devido processo legal e no tempo certo”

Divulgação / STF

Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino usou as redes sociais para falar sobre a crise que assola a instituição, afirmando que a Corte “é maior do que qualquer um que o integra” e que “lealdade institucional exige enfrentar os problemas reais”.

Sem fazer referência direta ao embate travado entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, Dino destacou que já enfrentou em 37 anos de vida pública diferentes tipos de crises, como a covid-19 e a saída para essas crises pode ser encontrada nas consultas ‘aos clássicos’, citando Cícero para dizer: “Um País sem instituições jurídicas sólidas é o sonho dos criminosos e abusadores de todos os feitos.”

Outro elemento citado pelo ministro é “a escuta”, ouvir todos os lados.



Flávio Dino destacou que já enfrentou diferentes tipos de crises em 37 anos de vida pública e que é preciso ouvir todos os lados

“Deus, antes de julgar Adão e Eva, ou Caim, OUVIU”, disse ele no post. E destacou que é preciso também avaliar “o tempo oportuno”.

“O STF é maior do que qualquer um que o integra, por isso a LEALDADE INSTITUCIONAL exige enfrentar os problemas reais com o devido processo legal e no tempo certo. Ética da convicção e ética da responsabilidade, como nos ensinou Weber”, finaliza o post no Instagram.

Jorge Messias

O advogado-geral da União, Jorge Messias, também se manifestou nesta sexta-feira sobre a crise no STF. Ele afirmou que todos têm que defender a constituição de 1988 e que o País precisa de um Judiciário atento e um Ministério Público vigilante.

“Nós compreendemos que um País ainda tão marcado por traços coloniais e escravocratas, com profundas desigualdades, precisa de um Judiciário atento, estruturado, precisa de um Ministério Público

vigilante, necessita de uma Defensoria Pública ativa e bem estruturada”, afirmou.

As declarações foram feitas em cerimônia de sanção de medidas relacionadas a fundos do sistema de Justiça no Palácio do Planalto. A fala do advogado-geral da União ocorre em meio a uma grave crise no Supremo Tribunal Federal.

Ele agradeceu ainda pela aprovação dos projetos aos presidentes do Legislativo, citando os senadores Davi Alcolumbre (União-AP) e Rodrigo Pa-

checo (PSD-MG), e do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Os dois primeiros estavam no Senado, responsável por rejeitar a indicação de Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). “Faço uma saudação também ao senador Rodrigo Pacheco, que foi relator dos projetos e, de uma forma muito correta, construiu um texto ali de uma grande qualidade técnica”, completou.

Reforma

O presidente Lula também falou sobre o assunto e disse que quer fazer no próximo ano uma discussão profunda sobre a necessidade de uma reforma no Judiciário. Além disso, declarou que ninguém, em nome da democracia, pode utilizar seu cargo para ter benefício próprio.

“Tenho certeza que faremos para o próximo ano uma discussão profunda sobre a necessidade de uma nova reforma no Poder Judiciário brasileiro para que o povo possa continuar acreditando na Justiça. Porque ninguém, ninguém, em nome da democracia, pode utilizar o cargo que tem em benefício pessoal. Ninguém”, declarou.

Segurança no 7 de setembro será reforçada

Em meio à crise interna protagonizada por André Mendonça e Alexandre de Moraes, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai reforçar a segurança em torno da sede, em Brasília, para o Sete de Setembro. O esquema será o mesmo utilizado em anos anteriores e em grandes eventos que possam colocar as instalações da Corte em risco.

O planejamento de segurança está sendo realizado de forma integrada entre o tribunal, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o Comando Militar do Planalto, as Forças Armadas, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Palácio do Planalto, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), as forças de segurança do DF e outros órgãos.

Segundo informações do STF, a atuação conjunta contempla compartilhamento de inteligência, avaliação de riscos e definição coordenada de efetivos, áreas de responsabilidade, revistas, bloqueios, restrições do espaço aéreo e monitoramento de drones. Ainda de acordo com o tribunal, serão adotadas “as medidas de reforço necessárias” nas áreas de

atuação do tribunal.

O esquema de segurança coordenado com outros órgãos de segurança vem sendo adotado pelo STF nos últimos anos e se intensificou a partir do 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas na tentativa de golpe de Estado. Para este ano, o aparato já tinha sido pensado antes da crise se

instalar no tribunal.

No início da semana, Mendonça enviou para o presidente, Edson Fachin, um relatório da Polícia Federal com indícios de uma ligação pouco republicana entre Moraes e Daniel Vorcaro. Em resposta, Moraes pediu abertura de uma investigação contra Mendonça por ter supostamente adotado procedimentos irregulares na condução do caso.

INTERNACIONAL

Zelensky propõe cessar-fogo à Rússia durante conversas com EUA

Expectativa é de que enviados americanos tenham duas reuniões para tentar dar fim à guerra, uma em Kiev e outra em Moscou. Encontros devem acontecer neste fim de semana

Estadão Conteúdo

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, propôs nesta sexta-feira, 4, um cessar-fogo com a Rússia enquanto uma delegação dos Estados Unidos participa de reuniões em Kiev, assumindo o funcionamento normal do espaço aéreo russo para que os negociadores “possam chegar em segurança”.

“Não haverá ataques aéreos de nossa parte, e a Rússia deve retribuir, garantindo silêncio e evitando ataques aéreos durante o tempo necessário para a realização das negociações e a resolução das questões logísticas relacionadas a esta visita americana”, escreveu Zelensky em sua conta oficial do Telegram.

Mais cedo, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que os enviados Steve Witkoff e Jared Kushner estão levando propostas



Volodymyr Zelensky espera que a visita tenha negociações construtivas para os dois lados terem opções reais para pôr fim à guerra

para encerrar a guerra na Ucrânia, em meio à viagem dos dois a Moscou e a Kiev no fim de semana.

Segundo Zelensky, o objetivo da visita é ter negociações construtivas com o lado americano e buscar opções reais para pôr fim à guerra. “Veremos quais propostas Steve e Jared têm e o que Moscou dirá a eles”, acrescentou.

Também no Telegram, o líder ucraniano comentou que conversou com o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan),

Mark Rutte, pontuando que ambos compartilham a mesma necessidade de progresso na diplomacia e que as reuniões dos próximos dias podem ser úteis.

“Conversei com Mark Rutte. Fui informado sobre a situação dos ataques russos, nossas necessidades de defesa e os preparativos para reuniões com representantes do presidente americano. Estamos trabalhando nisso. Mark mencionou sua comunicação a respeito do programa da Lista de Requisitos Prioritários da Ucrânia

(PURL) e dos mísseis Patriot necessários para nós. Obrigado pelo apoio!”, adicionou Zelensky.

A negociação

Negociadores dos Estados Unidos vão a Moscou e Kiev para tentar encerrar a guerra. Zelensky afirmou que datas preliminares já foram definidas para reuniões nas duas capitais e que sua equipe de negociação mantém contato quase permanente com os americanos. “Eles confirmaram que terão uma reunião em

Moscou e outra em Kiev. Esperamos que esta última ocorra nos próximos dias”, disse. Segundo ele, a Ucrânia está pronta para negociações “significativas e de alto nível”.

A agência estatal russa Tass informou que os enviados americanos Steve Witkoff e Jared Kushner devem visitar primeiro Moscou e depois Kiev, em 5 e 6 de setembro. A informação não foi confirmada pelos EUA. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, também evitou confirmar a passagem dos dois por Moscou e disse apenas que a imprensa será informada caso a reunião ocorra.

Witkoff e Kushner estiveram pela última vez em Moscou em janeiro, quando se reuniram com o presidente Vladimir Putin. Uma eventual viagem agora marcaria a primeira visita dos dois a Kiev. Após o encontro de janeiro, o assessor presidencial russo Yury Ushakov classificou as conversas como construtivas, mas afirmou que não seria possível alcançar um acordo duradouro sem resolver a questão territorial.

Oriente Médio: Irã apoia ideia chinesa

Presidente do Parlamento elogiou a proposta de uma nova arquitetura de segurança regional

Estadão Conteúdo

O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, afirmou nesta sexta-feira, 4, que o país está pronto para a ideia da China de uma “nova arquitetura de segurança regional.”

“A ênfase da China em

promover a segurança comum reflete um princípio que o Irã há muito defende”, escreveu Ghalibaf no X e chamou os países da região a tomarem o futuro em “suas próprias mãos”, insistindo que “a verdadeira estabilidade só pode vir através de uma nova arquitetura de segurança que seja autóctone”.

Mais cedo, Teerã argumentou que tem o direito de se defender contra

agressões, após comentários feitos pelo Ministro das Relações Exteriores da Jordânia, Ayman Safadi, que criticou Teerã por atacar a Jordânia e outros países vizinhos na região.

Nesta sexta, o chefe do Judiciário do Irã, Gholam-Hossein Mohseni-Eje'i, reafirmou a “determinação” em expandir as relações com a China.

O presidente da China, Xi Jinping, se manifestou

sobre outro tema relevante para a geopolítica asiática. Ele defendeu o aprofundamento da cooperação energética com a Rússia, em mensagem enviada ao 8º Fórum Empresarial de Energia China-Rússia, realizado em Vladivostok. Segundo ele, Pequim está disposta a ampliar a parceria com Moscou e preservar a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos do setor.

Xi afirmou que o cenário energético internacional passa por “profundas transformações”, com oportunidades e desafios simultâneos, e disse que a cooperação entre China e Rússia tem produzido “resultados expressivos” e se tornado um exemplo de benefício mútuo.

O líder chinês também destacou que 2026 marca os 30 anos da parceria estratégica de coordenação entre os dois países.



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Escritor, engenheiro, pesquisador universitário e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

O poder emana do povo...



e em seu nome deve ser exercido.”

Frases como essa estão presentes nas cartas magnas de países democráticos e até em algumas ditaduras, quando e se as têm.

Jonh Lackland, ou João Sem Terra (1166-1216), rei inglês, foi forçado a assinar, em 1215, a mais conhecida Carta Magna, que estabeleceu que os monarcas também estavam sujeitos à lei, como forma de combater seus abusos de poder. Seu alcance era limitado, mas já era uma evolução.

Esse exemplo não foi seguido por Louis (Luís) XIV (1638-1715), o “Rei Sol” da França, que consagrou novamente o absolutismo ao exclamar e exercer “O Estado sou eu!”.

Ainda eram tempos em que o poder era hereditário, em alguns casos por “ascendência divina”.

A insatisfação do povo fez outro Louis, o XVI (1754-1793), perder a cabeça. Foi em decorrência da Revolução Francesa (1789-1799), que fez muita gente, inclusive do povo, também perder a cabeça. Apesar de seu belíssimo lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, ela não impediu que seus mentores recorressem ao terror, seguido da volta do absolutismo na França, com a ascensão de Napoleão Bonaparte. A Revolução Russa, de 1917, usou expedientes semelhantes.

A ânsia pelo poder absoluto permanece até hoje, e o poder que deveria emanar do povo e em seu nome deveria ser exercido continua relativizado, limitado a discursos eleitoreiros e narrativas que distorcem a realidade.

Os representantes do STF são indicados pelo Executivo, sabatinados e aprovados pela maioria absoluta da CCJ do Senado Federal, assim como os postulantes à PGR.

Rejeições não têm sido regra, mas não se pode negar que essa forma de ocupação de cargos tão importantes tende a favorecer o Executivo.

Assim, os representantes do STF são eleitos de forma indireta, assumindo o importante compromisso de zelar pela Constituição, que afirma que todo o poder emana do povo, e não deles.

O STF tem julgado parlamentares e teve participação direta nos “impeachments” dos ex-presidentes Collor e Dilma. No caso de Dilma, o representante do STF propôs vantagens que foram referendadas pelo Congresso Nacional.

Já se falou em “recall” para eleitos, e ações populares de “impeachment” já ocorreram para representantes dos Três Poderes. Desconheço se alguma delas prosperou.

Normalmente o “espírito de corpo” tem prevalecido, bem ao estilo de uma música antiga: “Se ela faz com ele, vai fazer comigo”.

No entanto, recente decisão monocrática do STF definiu que apenas a PGR poderá propor “impeachment” a membros da Suprema Corte, tirando essa prerrogativa do Congresso Nacional e da ação popular. Isso configura, em tese, uma forma de absolutismo, colocando o STF acima dos demais poderes constitucionais e do próprio povo, insofismável, onipotente, inatingível.

Ora, o Procurador-Geral da República pode ser nomeado ou exonerado pelo Presidente da República, também mediante aprovação do Senado. A exoneração será por decisão da maioria absoluta dos senadores, em votação secreta. Mesmo assim, ele ainda será julgado pelo STF. Isso cria uma relação bastante complexa entre a PGR e o STF, lembrando que o Procurador-Geral tem assento na Suprema Corte.

Isso reforça a necessidade, virtual urgência, de elaboração de uma nova Carta Magna para o Brasil, tantas são as interpretações que a atual tem propiciado. O cenário atual é bem diferente do de 1988.

Entre muitos temas que precisam ser discutidos, um deles é a forma como o STF é constituído.

O ideal seria eleição direta entre membros da magistratura a partir da segunda instância, com mandatos de oito anos, por exemplo. Isso também vale para o “Quinto Constitucional”.

O Legislativo continuará como representante do povo, mas isso não impedirá ações populares. Os plebiscitos e referendos poderão ser utilizados como forma de evitar que os representantes eleitos com discursos democráticos ignorem os anseios populares, em nome de corporativismos.

Outras soluções podem ser propostas e avaliadas, mas é patente que o cenário atual é preocupante em múltiplos sentidos.

Winston Churchill afirmou que a democracia é o pior regime de governo, depois de todos os outros.

De fato, muitos a interpretam segundo seus interesses, o que tende a torná-la frágil, questionável, abrindo espaço para modelos totalitários, absolutistas, mesmo em regimes que se autodenominem democráticos.

É preciso zelar para não repetir erros do passado, nossos e de outros, sem que mais ninguém precise perder a cabeça.

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de quarta-feira.



A ÂNSIA PELO PODER ABSOLUTO PERMANECE ATÉ HOJE, E O PODER QUE DEVERIA EMANAR DO POVO EEM SEU NOME DEVERIA SER EXERCIDO CONTINUA RELATIVIZADO, LIMITADO A DISCURSOS ELEITOREIROS E NARRATIVAS QUE DISTORCEM A REALIDAD



IVANI CARDOSO
ivani@redebenews.com.br

FOCO

“Não estamos aqui para competir”

Desde criança, **Flávia Sammarco** foi uma criança briguenta pelo que era certo e o que era justo, defendia os amiguinhos e, se precisasse, ia para o embate. Foi crescendo e mesmo sendo a mais nova dos irmãos era ela que resolvia os problemas.

Cursar Direito apareceu naturalmente como opção, mas por pouco não mudou de posição: “Eu vim de uma família simples, sou filha de estivador e comecei a trabalhar na Rádio Cultura com 14 anos, começando como telefonista e passando por várias funções. Gil Mansur foi meu grande mentor e aprendi muito com ele. Queria que eu fizesse Jornalismo e até ofereceu uma bolsa de estudos para que eu continuasse trabalhando na emissora, mas eu sempre fui teimosa e sabia exatamente o que queria: ser advogada”.

Depois da decisão tomada Mansur apoiou e sempre esteve ao seu lado incentivando e ajudando no que era necessário. Na faculdade conheceu o Direito Marítimo pelas aulas de Osvaldo Sammarco, que viria ser seu sogro, pai do Marcelo.

Embora estivessem em salas diferentes, Flávia e Marcelo se aproximaram por meio do Diretório Acadêmico Ariosto Guimarães inicialmente, em lados opostos. Flávia era candidata à presidência e poderia se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo, enquanto Marcelo apoiava a chapa adversária, encabeçada por Paulo Alexandre Barbosa. Os dois tiveram alguns embates durante a campanha, mas, após um problema de saúde de sua mãe, Flávia precisou se afastar e acabou compondo com a chapa adversária como vice-presidente. Foi nesse período de maior convivência no DA que as divergências deram lugar à proximidade, e Flávia e Marcelo começaram a namorar.

Inicialmente Flávia começou a trabalhar com Direito de Família, com o advogado Luiz Carlos Peres, mas foi percebendo que Direito Marítimo era o que desejava. “Ele me ensinou muito, mas brincava que eu não levava jeito porque era muito conciliadora e que eles acabavam perdendo clientes. “Eu gostava de conversar, perguntava para os casais se tinham certeza da separação e fazia mediação.”

Algum tempo depois, Flávia foi convidada pelo sogro para trabalhar no escritório da família, onde está até hoje, agora mais envolvida na parte de gestão de pessoas e no setor financeiro. O escritório cresceu e hoje funciona com uma equipe de advogados e funcionários entre Direito Marítimo e Direito Trabalhista, que somam 42 colaboradores, sendo mais de 80% mulheres.

Como ela e Marcelo vieram de famílias grandes, pensavam em ter dois ou três filhos, mas vieram cinco filhas, com duas gestações gemelares. “Com as duas mais novas eu fiquei grávida com 40 anos, não esperávamos. Eu e Marcelo somos muito unidos com nossos irmãos e eu acho importante ter esse aprendizado de dividir, é o primeiro desafio de criança. É como se nós, pais, deixássemos um presente, irmãos companheiros para o resto da vida.”

O desejo se realizou. Beatriz, Giovana, Lorena, Maitê e Livia se adoram e são muito parceiras, mesmo com o espaço de cinco anos. Beatriz, 21 anos, está fazendo Direito em São Paulo e as irmãs (9 e 14 anos) ficam contando os dias esperando sua chegada toda sexta-feira com ansiedade. “E quando ela chega é uma loucura,



Divulgação

se juntam no quarto da mais velha e ficam conversando, assistindo séries, um grude só”, comenta Flávia.

Na vida profissional, uma grande mudança aconteceu quando recebeu o convite para integrar a Secretaria de Assistência Social. Foram dez anos de uma experiência que transformou seu olhar para a vida e para as pessoas. “Ganhei uma bagagem muito rica, vivi de perto mazelas que muitas vezes achamos distantes, mas que estão ao nosso lado e não enxergamos. Eu me doeie muito e, quando saí, senti essa ruptura de não estar mais servindo à comunidade e contribuindo para melhorar a vida das pessoas. Hoje posso dizer que conheço Santos de ponta a ponta e suas diferentes realidades.”

Atuar no Direito Marítimo também foi uma experiência importante: “Estar em um porto de referência como Santos faz toda a diferença. Você conhece de perto os trâmites, a realidade local e a importância da regulação para o setor. É uma área bastante técnica, que envolve procedimentos complexos e exige atenção constante às normas e às particularidades de cada processo.”

Flávia é muito ligada à família e os programas são sempre comuns. Ela conta que Marcelo é um ótimo pai e parceiro. Procura encontrar tempo para atividade física e para a leitura. Agora, por exemplo, está lendo e gostando muito de “Bom Dia, Inverno”, de Tamara Klink. Não dispensa as caminhadas na praia, adora estar perto do mar.

O grande sonho está realizando há três anos, com a criação do Instituto Sammarco. “Meu sogro diz que é importante deixar um legado para devolver para a sociedade o que recebemos. Marcelo me incentivou muito. Lançamos o projeto Navegando com elas para dar voz às mulheres. Trouxemos mulheres incríveis para falar e, no primeiro encontro, vieram a Mariana Pescatori e a Flávia Takafashi, que abraçaram a ideia, foi um sucesso. Os eventos são transmitidos em tempo real pelo BE News com mais de mil pessoas assistindo.”

Combater a violência contra a mulher é prioridade: “É uma dor que eu não vivo, mas eu sinto a dor dessas mulheres. É preciso falar sobre equiparação de gênero, de salário, são tantas causas. Temos legislação, mas não vemos acontecer na prática. É fácil falar na posição em que estou, mas sinto que posso contribuir com outras mulheres. Eu tenho cinco filhas e tenho que vestir essa bandeira. Não estamos aqui para competir, temos que construir aliados nesse caminho e todas as iniciativas são boas. Mudando o olhar no ambiente de trabalho vamos mudar em casa também.”



NÚRIA BIANCO e colaboradores
vitrine@redebnews.com.br

AVIAÇÃO, MINERAÇÃO E FERROVIA

O Vitrine dessa semana traz novidades sobre aviação, sustentabilidade, logística e infraestrutura nacional. Nesta edição, você vai conferir como foi a histórica entrega do 2.000º avião da família E-Jet da Embraer à Azul Linhas Aéreas, a aprovação no Senado Federal da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e a visita do capitão Vilfredo Schurmann à sede da Portonave. A gente mostra, também, a inauguração da terceira linha férrea no Terminal de Contêineres de Paranaguá, no Paraná. Lembrando que nos dias 17 e 18 de setembro o Estado recebe o Fórum Sul Export 2026. O evento será em Foz do Iguaçu e as inscrições já estão abertas!Boa leitura e um bom feriado!

Divulgação



A Embraer entregou na terça-feira (1) o 2.000º avião da família E-Jet. A aeronave, um E195-E2, foi recebida pela Azul Linhas Aéreas. Participaram da cerimônia, realizada em São José dos Campos (SP), o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca; o diretor-presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto; o CEO da Azul, John Peter Rodgeron; e o diretor-geral da ANAC, Tiago Faienstein.

Divulgação

Vilfredo Schurmann, capitão das famosas expedições da Família Schürmann, visitou nesta semana a sede da Portonave, em Navegantes. A gerente de Comunicação, Marketing e Responsabilidade Social do terminal, Mariana Viel, aproveitou para registrar o momento.



Divulgação



O presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre (União-AP) e o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) comemoraram a aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, na quarta-feira (2). O Projeto de Lei 2.780/2024 prevê investimentos de até R\$ 7 bilhões por meio de incentivos governamentais a projetos de processamento e transformação dos minerais.

Divulgação



A TCP e a Brado Logística inauguraram, no último dia 1º, a terceira linha férrea que acessa o Terminal de Contêineres de Paranaguá. A nova estrutura deve elevar em cerca de 20% a circulação de cargas pelo modal ferroviário até 2027. Participaram da solenidade: o diretor de Operações da Brado, Ederson Padilha da Costa, o CEO da empresa, Luciano Johnsson; o diretor da China Merchants Port Holdings (CMPort), Huang Zhenzhou; e o CEO da TCP, Jacky Song.

Divulgação



O Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, em conjunto com o SENAI Ceará realizou o curso “Operações Portuárias com Hidrogênio Verde e Derivados”. A formação foi desenvolvida em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e objetivo é capacitar 150 profissionais em segurança no manuseio de hidrogênio e derivados para operações portuárias.